



## Universidades Lusíada

Silva, Júlio Joaquim da Costa Rodrigues da, 1958-

### "À Descoberta de Portugal" : o "Guia de Portugal" de Raúl Proença

<http://hdl.handle.net/11067/5516>

#### Metadados

##### Data de Publicação

2010

##### Resumo

A presente comunicação pretende analisar a concepção de “viagem” presente no pensamento de Raúl Sangreman Proença (1884-1941) e expressa na edição do “Guia de Portugal” (1924-1969). A obra nascia das novas necessidades do turismo e destinava-se a preencher uma lacuna do panorama editorial nacional, não se limitando ao enunciar tradicional do conjunto de informações úteis ao viajante culto. O objectivo da obra era mais vasto e mais exigente, pois procurava contribuir para a formação de cada cidad...

The present article aims to analyze the conception of “journey” present in Raúl Sangreman Proença’s (1884-1941) thought, expressed in the “Guia de Portugal” edition (1924- 1969). The literary work arose from the new needs in tourism and was destined to fill a gap in the national editorial scenery, not limiting itself to the traditional enunciation of useful information for the cultured traveler. The “discovery” of the country’s essential reality implied that each one identified himself with the ...

##### Tipo

article

##### Revisão de Pares

Não

##### Coleções

[ULL-FCHS] LH, s. 2, n. 07 (2010)

Esta página foi gerada automaticamente em 2024-04-25T13:48:41Z com informação proveniente do Repositório

**“À DESCOBERTA DE PORTUGAL”  
O “GUIA DE PORTUGAL” DE RAÚL PROENÇA”**

Júlio Joaquim da Costa Rodrigues da Silva  
Universidade Lusíada de Lisboa  
jrodriguessiva@sapo.pt

## RESUMO

A presente comunicação pretende analisar a concepção de “viagem” presente no pensamento de Raúl Sangreman Proença (1884-1941) e expressa na edição do “Guia de Portugal” (1924-1969). A obra nascia das novas necessidades do turismo e destinava-se a preencher uma lacuna do panorama editorial nacional, não se limitando ao enunciar tradicional do conjunto de informações úteis ao viajante culto. O objectivo da obra era mais vasto e mais exigente, pois procurava contribuir para a formação de cada cidadão através da revelação de um “outro” Portugal tão próximo e, simultaneamente, tão distante do quotidiano existencial de cada português. A “descoberta” da realidade essencial do país implicava a identificação de cada um com o património histórico e geográfico pátrio. A viagem física pelo território nacional era, ao mesmo tempo, uma viagem espiritual que permitia descobrir uma memória colectiva e fazer a aprendizagem do significado mais profundo da pátria, na linha da pedagogia política do movimento “Seara Nova” da Primeira República Portuguesa.

### Palavras-Chaves

Guia / Devoção / Peregrinação / País / Povo / Portugal

## ABSTRACT

The present article aims to analyze the conception of “journey” present in Raúl Sangreman Proença’s (1884-1941) thought, expressed in the “Guia de Portugal” edition (1924-1969). The literary work arose from the new needs in tourism and was destined to fill a gap in the national editorial scenery, not limiting itself to the traditional enunciation of useful information for the cultured traveler. The “discovery” of the country’s essential reality implied that each one identified himself with the historic heritage and geographic homeland. The physical journey throughout the national territory was, at the same time, a spiritual journey that allowed the discovery of a collective memory and the learning of the deepest meaning of homeland, in the pedagogical political line of the First Portuguese Republic group “Seara Nova”.

### Keywords

Guide / Devotion / Pilgrimage / Country /

People / Portugal.

## I - O Guia de Évora e o Guia de Portugal.

A presente comunicação pretende analisar a concepção de “viagem” presente no pensamento de Raúl Sangreman Proença (1884-1941) e expressa na edição do *Guia de Portugal* (1924-1969). A ideia de viajar é associada, pelo autor, à noção de descoberta ou descobrimento que pode ter significados diferentes, conforme pretende ser uma experiência puramente íntima e introspectiva de descoberta de si próprio, ou centrada no conhecimento de um mundo exterior. Neste último caso, pode assumir a forma do descobrimento de uma realidade social e mental totalmente estranha, ou traduzir-se numa identificação imediata com um todo humano e territorial na qual se projecta a visão individual e/ou colectiva de uma comunidade real ou imaginária. A primeira abordagem focada no “achamento” e na progressiva sujeição do “outro” pelo “eu” encontrámo-la presente na concepção da descoberta da América. Com efeito, Tzevan Todorov considera que o Novo Mundo, como território e humanidade, foram apropriados física e simbolicamente por uma Europa e uma Espanha, incapazes de aceitar a irredutível diferença de uma outra humanidade:

“Contudo, se bem que a descoberta do outro deva ser assumida por cada indivíduo, e eternamente recomeçada, também ela possui a sua história e as suas formas determinadas social e estruturalmente. A história da descoberta da América leva-me a acreditar que se produziu uma enorme mudança (ou melhor foi *revelada*) nos alvores do século XVI, digamos, entre Colombo e Cortez, semelhante diferença (não em pormenor, é claro), pode ser observada entre Montezuma e Cortez; ela opera, pois, tanto no tempo como no espaço, e se me debrucei mais no contraste espacial do que no temporal, é porque este se acha baralhado por uma infinidade de transições, ao passo que aquele possui toda a nitidez necessária, graças ao oceanos. A partir dessa época, e durante mais de trezentos e cinquenta anos, a Europa ocidental esforçou-se por assimilar o outro, por fazer desaparecer toda a alteridade exterior, e conseguiu-o em grande parte. O seu modo de vida e os seus valores espalharam-se pelo mundo inteiro; tal como o desejava Cortez, os colonizados adoptaram os nossos costumes e vestiram-se.”<sup>1</sup>

A segunda é expressa claramente por George Steiner através do exemplo da identificação do povo de Israel com a terra prometida:

“(…) Um modo de definir a Tora e os livros históricos da Bíblia hebraica seria considerá-los como uma obra apaixonante de auto-identificação, como o acto de fala e de memorização voluntária através do qual Israel reclama uma legitimidade predestinada desde a noite dos tempos. Através do qual tenta ancorar o seu passado nómada e anónimo nos nomes dos lugares da terra prometida. (...)”<sup>2</sup>.

A perspectiva de Raúl Proença está sem dúvida mais próxima da segunda do que da primeira abordagem mas, antes de a analisarmos, importa em primeiro lugar situarmo-nos perante a obra. Em 1927 o autor, numa diatribe contra a

<sup>1</sup> Cfr. Tzevan Todorov, *A Conquista da América. A questão do outro*, Lisboa, Edições Litoral, 1990, p.300.

<sup>2</sup> Cfr. George Steiner, *A Bíblia Hebraica e a Divisão entre Judeus e Cristãos*, Lisboa, Antropos, 1996, p.17.

ditadura militar instaurada em 1926 e, simultaneamente, defendendo-se das acusações dos seus inimigos que punham em causa a honestidade e desinteresse da sua actividade política, relembra o seu papel na edição do *Guia de Portugal*:

“O *Guia de Portugal* (imaginem os senhores que já lhe chamam único no seu género na Europa) foi apenas imaginado para comer ágapes de bacalhoda e chispe de porco em Tarouquela, beber o *vulcânico* de Ermida nas românticas naves de Barrô, catrapiscar as varinas da torreira, fazer caldeiradas no Bom Sucesso e usar do *sleeping-car* nas linhas da Companhia, com ingleses a perguntar-me se foi em Passos de Sousa ... que nasceu Afonso Henriques.”<sup>3</sup>

A descrição irónica das acusações de oportunismo que lhe eram lançadas, permitem-lhe ridicularizar as concepções arcaicas sobre o turismo, ainda dominantes em certos meios nacionais e, ao mesmo tempo, realçar com orgulho o prestígio além fronteiras de uma obra única no panorama cultural português dos anos 20 do século XX. Orgulho merecido e confirmado pelo reconhecimento internacional. Os célebres *Guides Bleus* da editora francesa *Hachette* convidam-no, no exílio parisiense em Maio de 1928, a produzir o volume referente a Portugal<sup>44</sup>. O *Guia de Portugal* é um trabalho editorial ímpar pela forma como foi idealizado e realizado por Raul Proença, mas igualmente pela maneira como foi continuado, depois da sua morte em 1941, por Sant’Anna Dionísio. Na verdade, a publicação, iniciada em 1924 sob a égide da Biblioteca Nacional de Lisboa só terminou em 1969; sendo os volumes 4.º e 5.º da responsabilidade da Fundação Calouste Gulbenkian cujo presidente, o doutor Azeredo Perdigão, fora amigo pessoal de Raúl Proença e tivera ligações ao movimento da *Seara Nova*. Além disso, podemos dizer que o *Guia de Portugal* atravessou três regimes políticos se entrarmos em linha de conta com o prefácio de Sant’Anna Dionísio de 1979 e com a 2.ª e 3.ª reimpressões a última dos quais em 1991. A questão desta permanência temporal, que cobre boa parte do século XX lusitano, pode ser devida parcialmente aos laços de amizade que Raúl Proença soube estabelecer entre as elites intelectuais portuguesas e de o seu valor ser reconhecido, por vezes, pelos adversários políticos. A publicação do 3.º volume do *Guia de Portugal* em 1944 pela Biblioteca Nacional de Lisboa deveu-se em parte à acção de Júlio Dantas, Inspector Superior das Bibliotecas e Arquivos, colaborador desta obra desde os primórdios e António Luís Gomes, Director Geral da Fazenda Pública e, finalmente, do próprio Director da Biblioteca Nacional de Lisboa, o Tenente Coronel Costa Veiga<sup>5</sup>. O projecto iniciado na Primeira República, sobrevive no

<sup>3</sup> Proença, Raúl, *Panfletos II Ainda a Ditadura Militar Demonstração Científica da Nocividade das Ditaduras Militares, e algumas amabilidades sobreceletes*, Lisboa, Miguel da Cruz, 1927, p.27-28.

<sup>4</sup> Cfr. Reis, António, *Raúl Proença. Biografia de um Intelectual Político Republicano*, Lisboa, INCM, 2003, Vol. II, p.7-299.

<sup>5</sup> Cfr. Prista, Luís, *Para a edição do Guia de Portugal*, Dissertação de Mestrado em Linguística Portuguesa Histórica, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 1992, policopiado, p.43-80. Ver Dionísio, José Augusto Sant’Anna, “Prefácio”, Dionísio, José Augusto Sant’Anna (org.), *Guia de Portugal*, Lisboa, Biblioteca Nacional de Lisboa, 1944, Vol. III, p.XLIX-L e também Dionísio, José Augusto Sant’Anna, “Prefácio”, Dionísio, José Augusto Sant’Anna (org.), *Guia de Portugal*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1965, Vol. IV, I, p. XXIX e ainda Dionísio, José Augusto Sant’Anna, “Duas palavras simples”, Dionísio, José Augusto Sant’Anna (org.), *Guia de Portugal*, Lisboa, Fundação

Estado Novo e tem continuidade após a Revolução de 1974, demonstrando uma longevidade invulgar em termos nacionais parecendo rivalizar, deste ponto de vista, com a edificação da Lisboa pombalina posterior ao Terramoto de 1755. Consequentemente, temos de nos interrogar sobre o porquê desta continuidade e do interesse despertado no universo cultural luso que o habilita a fazer parte dos *lieux de mémoires* portugueses <sup>6</sup>.

A resposta só poderá ser dada se tivermos em consideração a dupla natureza desta obra preocupada, por um lado em responder às necessidades do turismo em Portugal nos inícios do século XX e, por outro, em ser um itinerário ou inventário cultural do País. A divisão que operamos entre estes dois aspectos tem uma finalidade puramente expositiva, pois o autor não fazia, como é óbvio, uma oposição entre turismo e cultura, demonstrando a modernidade das suas concepções neste campo específico da actividade económica nacional <sup>7</sup>. No referente ao primeiro aspecto, começaremos por nos situarmos face à actividade turística em Portugal na Primeira República (1910-1926), para podermos compreender o projecto de Raúl Proença. Este período da história nacional foi marcado por uma série de iniciativas destinadas a organizar e a promover esta área da economia por parte do estado e da sociedade civil, que criaram um ambiente favorável à dinamização do turismo em Portugal. Apesar de estar longe da sua maturidade, o turismo atraía já a atenção das autoridades e da opinião pública para as suas virtualidades no campo do desenvolvimento do país. Assim se compreende a preocupação da jovem República em criar, em 18 de Maio de 1911, no âmbito do Ministério do Fomento, a Repartição de Turismo e o Conselho de Turismo que, posteriormente, sofreram alterações conducentes à própria evolução desta actividade. De facto neste período Portugal insere-se nas tendências gerais do turismo internacional, participando os representantes nacionais nos congressos transnacionais que então se realizaram. De igual modo, a Sociedade de Propaganda de Portugal, fundada em 1906, colabora profundamente na promoção do turismo nacional tendo sem dúvida o seu período áureo. As dificuldades inerentes a uma certa instabilidade política do regime e a Primeira Guerra Mundial (1914-1918) fizeram, em parte, fracassar estes esforços, mas não impediram que permanecesse uma herança pela qual se bateram homens como Raúl Proença. Aliás, a Repartição de Turismo e a Sociedade de Propaganda recomendam o *Guia de Évora* e o *Guia de Portugal*, demonstrando existir uma perfeita sintonia entre o autor e estas instituições públicas <sup>8</sup>. É neste

---

Calouste Gulbenkian, 1991, 3.<sup>a</sup> Reimpressão, Vol. I, p. III-V.

<sup>6</sup> Cfr. Nora, Pierre, “Entre Mémoire et Histoire. La problématique des lieux”, Nora, Pierre (dir.), *Les Lieux de Mémoire*, Paris, Éd. Gallimard, Vol. I, p.23-43.

<sup>7</sup> Cfr. Proença, Raúl, “Prefácio”, Proença, Raúl (org.), *Guia de Portugal*, Lisboa, Biblioteca Nacional de Lisboa, 1924, Vol. I, p.LV-LXI e também para a concepção actual do turismo ver: Cravidão, Fernanda Delgado, “Turismo e Cultura – dos Lugares aos Itinerários”, Ribeiro, Maria Manuela Tavares (coord.), *Europa em Mutação. Cidadania. Identidades. Diversidade Cultural*, Coimbra, Quarteto Editora, 2003, p.95-103.

<sup>8</sup> Cfr. Proença, Raul, *Guia de Évora e seus Arredores. Espécimen do Guia de Portugal*, Lisboa, Oficinas Gráficas da Biblioteca Nacional, 1923, capa interior e Proença, Raúl, *Guia de Portugal*, Lisboa, Biblioteca Nacional de Lisboa, 1924, Vol. I, capa interior.

clima favorável ao desenvolvimento do turismo em Portugal que o referido escritor terá iniciado por volta de 1922 o projecto do *Guia de Portugal* do qual foi um primeiro ensaio experimental o *Guia de Évora e seus Arredores. Espécimen do Guia de Portugal* publicado em 1923<sup>9</sup>. Apesar desta primeira experiência não o ter satisfeito totalmente, permite-nos, juntamente com os prefácios do vol. I e II do *Guia de Portugal*, obter uma compreensão da sua concepção de um guia turístico a que chama inicialmente *Guia itinerário* ou *Guia do viajante*<sup>10</sup>. Com efeito, começa por nos chamar a atenção para o papel preparatório do *Guia de Évora* que deve servir de modelo para a obra mais vasta que será o *Guia de Portugal*<sup>11</sup>. Ora um dos objectivos primordiais desta obra seria exactamente tornar-se num meio de conhecimento de Portugal pelos portugueses, mas igualmente um instrumento de propaganda no futuro para o turista, identificado aqui sobretudo com o estrangeiro desejoso de conhecer os monumentos e paisagens do País. Trata-se de uma visão que hoje nos parece arcaica pela oposição que estabelece, de forma pouco clara, entre o viajante e o turista mas que corresponde às designações internacionais da época e à evolução da concepção do turismo desde o século XIX. Assim sendo, compreende-se que o autor prefira o termo de “viajante” ou “viajor” ou “viajeiro” para designar o turista português a quem, preferencialmente, se destina o *Guia de Portugal*, deixando para posteriores versões em francês e inglês os resumos para os estrangeiros<sup>12</sup>. O modelo escolhido começa por responder às

<sup>9</sup> Cfr. Proença, Raúl, “Prefácio. O que será o Guia de Portugal”, Proença, Raúl, *Guia de Évora e seus Arredores. Espécimen do Guia de Portugal*, Lisboa, Oficinas Gráficas da Biblioteca Nacional, 1923, p.11-19.

<sup>10</sup> “Notas-(...) O facto de não nos terem chegado, a tempo, de Évora algumas fotografias que nos tinham sido prometidas, e pelas quais esperámos até este trabalho entrar na máquina, obrigamos a inserir à última hora algumas gravuras cujas dimensões nos não permitiram dar a todas as nossas páginas a elegância material que lhes desejaríamos. O **Guia de Évora** não pode, pois, considerar-se, sob o ponto de vista da ilustração, como um perfeito espécimen do que será o *Guia de Portugal*.”, Proença, Raúl, “Prefácio. O que será o Guia de Portugal”, Proença Raúl, *Guia de Évora e seus Arredores. Espécimen do Guia de Portugal*, Lisboa, Oficinas Gráficas da Biblioteca Nacional, 1923, p.19. E também: “(1) Foi publicado, como *Guia de Évora*, um pequeno folheto que apenas tinha a pretensão de ser um espécime sumário para os colaboradores do *Guia de Portugal*. As páginas que seguem são a completa refundição desse trabalho, evocando, muito mais amplamente desse trabalho, evocando, muito mais amplamente do que aquêlo, o singular ambiente de história, de arte, de lenda e de poesia que envolve a velha cidade alentejana. A história da arte eborense e as notícias relativas a S. Brás, S. Francisco, Graça, St.º Antão, Sé, museus Arqueológico e Regional, Templo romano, Lólos e curiosidades de extra-muros são de Reinaldo dos Santos. O resto é de Raúl Proença.”, Proença, Raúl, “Évora”, Proença, Raúl (org.), *Guia de Portugal*, Lisboa, Biblioteca Nacional de Lisboa, 1927, Vol. II, p. 35.

<sup>11</sup> “Ele pretende estabelecer o «canon» ou «tipo» das nossas notícias descritivas, e dar uma ideia mais ou menos precisa do que será o **Guia de Portugal** como roteiro estético da terra portuguesa.”, Proença, Raúl, “Prefácio. O que será o Guia de Portugal”, Proença Raúl (org.), *Guia de Évora e seus Arredores. Espécimen do Guia de Portugal*, Lisboa, Oficinas Gráficas da Biblioteca Nacional, 1923, p.11.

<sup>12</sup> “(...) tem-nos impedido até agora de erguer ao nosso país o monumento de que é sobejamente digno, e que, revelando Portugal aos portugueses (que tão esquecidos dele andam), não deixasse também de constituir, numa futura tradução mais abreviada, o grande instrumento de propaganda da nossa terra - que deveria ser para o turista, não digo pelos seus monumentos, em geral pobres, mas pela variedade talvez única das suas zonas de paisagem, uma verdadeira terra de eleição.”, Proença, Raúl, ob. cit., p.11-12. E ainda no vol. I do *Guia de Portugal*: «Esta edição, pelas minúcias

necessidades mais imediatas deste viajante, tendo como componente essencial ser um *Guia de itinerário* semelhante na sua estrutura ao que foram no século anterior os *Guides Joanne e Baedeker*. Estes guias ainda usados nos inícios do século XX iam no entanto tornar-se mais complexos, introduzindo posteriormente elementos históricos e artísticos e, no caso francês, dariam origem aos célebres *Guides Bleus*.

Assentavam inicialmente na descrição de um itinerário basicamente geográfico e paisagístico muito limitado pela disponibilidade de utilizar boas estradas e, depois, os caminhos de ferro. Só posteriormente evoluíram para a descrição sistemática de regiões históricas e naturais dos diversos países, deixando de estar “presos” às vias de comunicação; embora Raúl Proença justifique a utilização tradicional do modelo de itinerário necessário à satisfação das necessidades do viajante e a importância de preencher um vazio existente em Portugal<sup>13</sup>. Tratava-se do método mais prático de chegar ao utilizador permitindo-lhe uma percepção fácil e imediata das realidades artísticas e naturais, numa perspectiva pedagógica<sup>14</sup>. Porém, as suas concepções sobre este assunto não se ficavam por aqui, ultrapassando decididamente o esquema tradicional já referido. Acrescentava-lhe uma nova estrutura que, sem se sobrepor à anterior, a completava e lhe dava um novo equilíbrio. O aspecto fragmentário e disperso era compensado pelas introduções gerais, em cada volume e em cada província de Portugal, fornecendo um visão de conjunto que enquadrava os aspectos parciais das descrições naquilo que designa o “*film pitoresco do país*.”<sup>15</sup>.

---

a que desce e pelo carácter crítico que por vezes assume, é sobretudo destinada ao uso dos Portugueses. Em breve serão publicados resumos em francês e inglês.», Proença, Raúl (org.), *Guia de Portugal*, Lisboa, Biblioteca Nacional de Lisboa, 1924, Vol. I, p.IV. Ver sobre esta questão: Brito, Sérgio Palma, *Notas sobre a evolução do viajar e a formação do turismo*, Lisboa, Medialivros, 2003, vol. I, p.51-56; Cunha, Lício, *Economia e Política do Turismo*, Lisboa, McGraw-Hill, 1997, p.3-5 e também Weber, Eugen, *França Fin-de-Siècle*, São Paulo, Companhia de Letras, 1989, p.216-237.

<sup>13</sup> “É possível que algumas pessoas discordem da forma de *Guia itinerário* e para servir ao viajante que demos ao nosso trabalho. Prefeririam talvez que nos circunscrevessemos aos moldes da *Arte e natureza em Portugal*, apenas exigindo de nós que fossemos mais completos e sistemáticos. Fizemo-lo, porém, muito deliberadamente. Em primeiro lugar a falta mais sensível era precisamente dum bom *Guia do viajante* – pois nada tínhamos que se pudesse comparar ao que lá teem feito os *Guides Joanne e Baedeker*, e a própria edição de Mendonça e Costa, à imitação destes feito, se encontrava exgotada.”, Proença, Raúl, “Prefácio. O que será o Guia de Portugal”, Proença Raúl (org.), *Guia de Évora e seus Arredores. Espécimen do Guia de Portugal*, Lisboa, Oficinas Gráficas da Biblioteca Nacional, 1923, p.13.

<sup>14</sup> “Em segundo lugar pensámos que era essa a forma que poderia interessar no assunto um maior número de leitores, o veículo mais natural das justas ideias sobre a nossa arte e a nossa paisagem, além de ser o método mais cómodo de exposição e o mais adequado para despertar no leitor o desejo de conhecer *de visu* as belezas descritas. Era o método «concreto» por excelência, aquele que mais se cingia à realidade, o menos exigente de abstracções, e ainda o que permitia constituir o nosso trabalho num comentário completo de peregrinações artísticas no país.”, Proença, Raúl, “Prefácio. O que será o Guia de Portugal”, Proença Raúl (org.), *Guia de Évora e seus Arredores. Espécimen do Guia de Portugal*, Lisboa, Oficinas Gráficas da Biblioteca Nacional, 1923, p.13-14.

<sup>15</sup> “O que esse método tinha de dispersivo e fragmentário em relação aos assuntos, seria inteiramente remediado (1) com introduções gerais (geográficas, históricas, artísticas, etnográficas), que estabeleceriam o fio condutor e o *processo* inteligível, situariam cada monumento na evolução artística, cada facto na evolução histórica, cada ponto de vista na sua zona de paisagem – integrando, pois, em grandes quadros *explicativo* de conjunto os pequenos quadros parciais que

Assim sendo, o resultado final permitiria conciliar as duas dimensões: o fornecimento de informações básicas necessárias a todo o viajante e a disponibilização de conhecimentos mais profundos de carácter geográfico, histórico, artístico e etnográfico<sup>16</sup>. O *Guia de Portugal* não seria para Raul Proença um trabalho editorial isolado, pois pensava completá-lo por um trabalho de divulgação mais vasto de Portugal sob a forma de uma *Enciclopédia metódica*<sup>17</sup>. Seja como for, o *Guia de Portugal* procurou desde o primeiro volume dar resposta a estas questões marcando, à partida, esta característica de roteiro do país, fornecendo itinerários e indicações práticas ao viajante<sup>18</sup>. Contudo, ultrapassou-o de imediato recusando reduzi-lo a este fim puramente utilitário e funcional para um turista convencional<sup>19</sup>. Raúl Proença preocupava-se em salientar o aspecto original do seu *Guia de Portugal* procurando separá-lo totalmente dos guias de caminhos de ferro então em voga:

“Êsse carácter «exaustivo» da nossa obra obrigou-nos, pois, a afastarmos muitas vezes da cómoda e luzente esteira de aço dos caminhos-de-ferro, e a lançar-nos pelas estradas de rodagem, embrenhar-nos pelos caminhos escusos, trepar em ascensões difíceis, mas magníficas, aos mais altos cumes das nossas regiões montanhosas. Ao contrário dos outros guias (que são, estritamente, guias do viajante em caminhos-de-ferro), o nosso é um guia de todo e qualquer viajante, quer faça as suas excursões numa carruagem de 1.<sup>a</sup>, num automóvel, num barco à vela, ou trepe modestamente a pé a íngreme e pedregosa ladeira dum carreiro de cabras.”<sup>20</sup>

---

mais tarde se iriam desenrolar no *film* pitoresco do país.”, Proença, Raúl, “Prefácio. O que será o Guia de Portugal”, Proença Raúl (org.), *Guia de Évora e seus Arredores. Espécimen do Guia de Portugal*, Lisboa, Oficinas Gráficas da Biblioteca Nacional, 1923, p.13.

<sup>16</sup> “1.º Satisfação integral das necessidades do viajor, as mais altas e especulativas, como as mais secundárias e materiais, desde a menção dos mais notáveis objectos de arte, os panoramas mais inesquecíveis, os mais sugestivos monumentos, as curiosidades arqueológicas mais interessantes, até à do hotel, da garage, da alquilaria, da água que há de beber, dos estabelecimentos em que se pode fornecer das especialidades locais, do dia de descanso semanal. Nenhuma informação, por mais comezinha, foi julgada indigna de entrar no Guia desde momento em que se reconheceu de utilidade para o viajante - fosse ele Lord Byron ou Manuel Francisco.”, Proença, Raúl, “Prefácio. O que será o Guia de Portugal”, Proença Raúl (org.), *Guia de Évora e seus Arredores. Espécimen do Guia de Portugal*, Lisboa, Oficinas Gráficas da Biblioteca Nacional, 1923, p.14.

<sup>17</sup> “(1) Formamos também o projecto de publicar uma grande obra, em vários volumes, sôbre o nosso país encarado sob todos os aspectos (uma espécie de *Enciclopédia metódica* da terra portuguesa) - obra que será a contra-partida e o complemento do *Guia de Portugal*.”, Proença, Raúl, “Prefácio. O que será o Guia de Portugal”, Proença Raúl (org.), *Guia de Évora e seus Arredores. Espécimen do Guia de Portugal*, Lisboa, Oficinas Gráficas da Biblioteca Nacional, 1923, p.14.

<sup>18</sup> Cfr. Proença, Raúl, “Prefácio”, Proença, Raúl (org.), *Guia de Portugal*, Lisboa, Biblioteca Nacional de Lisboa, 1924, Vol. I, p.LV.

<sup>19</sup> “(...) sabia também reconhecer-me, com inteira justiça e despaixão, qualidades que cria essenciais *sob o ponto de vista da obra*, e me pareciam ser aqui a vista plurifacetada do assunto (nem só literatura, nem só arte, nem só arqueologia, nem só geografia, nem só paisagem, nem só roteiro e guia à Baedeker, mas tudo isso ao mesmo tempo), o amor, desinteressado de tóda a glória, da empresa que sonhara (...)”, Proença, Raul, “Prefácio”, Proença, Raul (org.), *Guia de Portugal*, Lisboa, Biblioteca Nacional de Lisboa, 1924, Vol. I, p.LV.

<sup>20</sup> Proença, Raul, “Prefácio. O que será o Guia de Portugal”, Proença Raúl (org.), *Guia de Évora e seus Arredores. Espécimen do Guia de Portugal*, Lisboa, Oficinas Gráficas da Biblioteca Nacional, 1923,

Ora esta concepção implicava uma necessária ruptura na concepção do turismo em Portugal, retirando em parte aos caminhos de ferro o monopólio na produção e comercialização de uma actividade editorial lucrativa. Assim se compreende a ausência de cooperação que por vezes lhe testemunham a Companhia dos Caminhos de Ferro Portugueses<sup>21</sup>. Esta perspectiva da viagem turística implica uma perspectiva pessoal na qual está muito presente um resquício da “viagem aristocrática” do passado. No entanto, a compreensão desta questão remete-nos para a importância da descoberta de Portugal pelos portugueses que se liga, em Raúl Proença, à concepção da pátria.

## II - O Livro de Amor e de Devoção de Portugal

A ruptura com o modelo mais tradicional dos guias, então existentes, não o impediu de continuar a elaborar, nos anos 30, diversos guias centrados em itinerários que seguiam as estradas existentes, possuindo autênticos *roadmaps*<sup>22</sup>. Tratava-se de uma actividade secundária e paralela ao esforço de organizar e dirigir a edição do *Guia de Portugal* e, provavelmente, motivada pelas dificuldades da sua vida política e pessoal. A preocupação do autor era obter um conhecimento tão próximo quanto possível da realidade paisagística, monumental e humana do seu país para a qual não regateia qualquer esforço ou sacrifício:

“Na execução da minha tarefa, não me poupei a nenhum esforço. Tive nela mais despesas e cansaças que proventos, dormi em espeluncas, palmilhei caminhos ásperos sob bategas de água e soalheiras caniculares, andei, horas inteiras, em carros de molas desconjuntadas por estradas intransitáveis, e muitas vezes me surpreendeu a noite ao ar livre, longe dos povoados deitado sob o velário das estrélas, ouvindo em torno as sinfonias lúgubres dos pinheirais tocadas pelo vento. Mas tudo abençoei - porque trabalhava pelo bem do meu país, - porque muitas vezes tive a impressão de que era eu o primeiro a desbravá-lo, como a uma floresta virgem, - e quantas outras, completamente dominado pela maravilha duma paisagem, um pôr do sol no oceano, uma manhã clara e pura, uma noite de luar poética e calma nas margens dum rio como o Douro, ouvindo as vindimadeiras cantar na doçura dos vales à hora em que as estrélas põem na crista da montanha como que as suas luzes mais altas - eu não me senti vergar ao pêso da ventura ... Quem é assim predisposto para a felicidade, não

---

p.16.

<sup>21</sup> Devemos deixar aqui consignada a nossa gratidão a tôdas as companhias de caminhos de ferro, que acolhêram este Guia com entusiasmo e lhe deram o seu apoio material e moral. Lamentamos ter de excluir dêste agradecimento a Companhia dos Caminhos de Ferro Portugueses, que, embora para isso tivesse sido três vezes solicitada, nos negou todo o auxílio nesta obra patriótica de turismo, cuja indústria ela assim explora sem lhe aceitar as responsabilidades morais e os deveres mais elementares de solidariedade. A simples enunciação do facto tornaria redundantes e tiraria a eloquência a quaisquer outras palavras de protesto, por mais duras e candentes que elas fôssem.”, Proença, Raúl (org.), *Guia de Portugal*, Lisboa, Biblioteca Nacional de Lisboa, 1924, Vol. I, p.VIII.

<sup>22</sup> Cfr. Proença, Raul, *Arredores de Lisboa: as estradas de Portugal*, Lisboa Lelo, 1932.

tem que lamentar as estopadas dos caminhos – quando a terra é tão bela ...”<sup>23</sup>.

O encontro abençoado com a paisagem da terra-mãe compensa totalmente os incómodos e as dificuldades pessoais. A descrição em termos poéticos e românticos desta experiência íntima assemelha-se a uma descoberta ou revelação mística da pátria. Na verdade, “o bem do meu país”, ou seja, o seu patriotismo, assemelha-se a uma iluminação que transmuta os aspectos mais horrendos do país numa visão beatífica da natureza ! O contacto com esta realidade profunda, quase transcendente, na linha de um sentimento de natureza que se aproxima de uma concepção panteísta do mundo parece embotar as capacidades literárias do autor. Dedicar-se porém, a realçar o facto da fusão com a natureza que o rodeia propiciar uma vivência directa do sobrenatural que, por definição, é impossível de transpor para o campo limitado da percepção humana. Aliás, não deixa de ser significativo que à boa maneira goethiana se considere mais poeta do que pintor, no sentido de que capta plenamente as emoções derivadas do contacto com o divino, mas é incapaz de as transpor para a materialidade redutora do ser humano, representado simbolicamente pela figura do pintor<sup>24</sup>.

A inspiração original desta obra é directamente tributária deste sentimento de natureza capaz de gerar uma religiosidade no autor e nos seus colaboradores em torno de Portugal:

“E assim um dia êste livro, que eu sonhei nos verdes vales, nos riso plácidos e nas montanhas decorativas da minha terra, nas suas costas de enseadas azuis e de esburacadas grutas misteriosas (sonoras no marulho das ondas como enormes búzios ressonantes), no deslumbrante da sua luz epitalâmica e sob as suas grandes estrêlas dormentes – êste livro, feito pelo amor e pelo *espírito de veracidade* de alguns Portugueses para concitar e adjurar a infinita *piiedade* portuguesa, merecerá talvez, pelo muito que os outros já fizeram e ainda farão, e pelo pouco que eu vier ainda a fazer, ser dominado com justiça – o *Livro de Amor e Devoção de Portugal*”<sup>25</sup>.

Espécie de *Bíblia* do patriotismo nacional, o *Guia de Portugal* procura ser o resultado de uma acção, tão próxima quanto possível, da colectividade lusa e, nessa perspectiva, apresenta desde o *Guia de Évora* um apelo à participação de todos na elaboração ou melhoramento da versão final do texto através do fornecimento de informação local ou nacional<sup>26</sup>. Algo que é de novo salientado no *Guia de*

<sup>23</sup> Cfr. Proença, Raúl, “Prefácio”, Proença, Raúl (org.), *Guia de Portugal*, Lisboa, Biblioteca Nacional de Lisboa, 1927, Vol. II, p.XXXV. Sobre o esforço realizado por Raul Proença e os seus colaboradores nesta descoberta de Portugal entre 1823 e 1826 consultar António Reis.

<sup>24</sup> “Já as tarefas de redacção me não proporcionaram idênticas doçuras. Se me impressionara fortemente a natureza, até o absurdo, a verdade é que a sinto mais como poeta que como pintor. Um belo espectáculo natural poderá dar-me talvez uma sofrível página de efusão lírica; dificilmente me arrancará uma página descritiva que seja suportável. Sinto que a pena se me embota e se rebelar nos traslados pictóricos da Paisagem.”, Proença, Raúl, “Prefácio”, Proença, Raúl (org.), *Guia de Portugal*, Lisboa, Biblioteca Nacional de Lisboa, 1927, Vol. II, p.XXXV-XXXVI.

<sup>25</sup> Cfr. Proença, Raúl, “Prefácio”, Proença, Raul (org.), *Guia de Portugal*, Lisboa, Biblioteca Nacional de Lisboa, 1924, Vol. I, p.LXI.

<sup>26</sup> “Agradecemos desde já todas as informações que nos sejam enviados sobre o *Guia de Portugal* e contribuam para tornar mais exactamente conhecida a terra portuguesa. De todas as pessoas que

*Portugal* de forma ainda mais explícita<sup>27</sup>. Isto não excluiu o reconhecimento da importância que o grupo mais reduzido de colaboradores teve na elaboração da obra, num esforço patriótico em homenagem à terra-mãe ou mátria portuguesa, numa óbvia antecipação do uso que lhe foi dado pela poetisa Natália Correia:

“Dito isto, à laia de esclarecimento, e satisfeitos os meus velhos pruridos intelectualizantes de em tudo mostrar a *razão suficiente*, seja-me permitido chamar ainda a atenção para a consoladora lição de disciplina, largueza de espírito, efectiva solidariedade e estreita amizade intelectual que os colaboradores dêste *Guia* deram a todos os Portugueses, submetendo-se voluntariamente às instruções recebidas, satisfazendo na medida do possível as exigências do seu organizador, sujeitando-se a cortes e alterações que talvez nem sempre lhes agradassem, reconhecendo através de tudo a legitimidade da regra, da ordem, da unidade e da coerência. Não posso deixar de pôr em relevo o que isto implica de larga simpatia e o que representa como expoente da educação social e como triunfo da maturidade da verdadeira cultura. A literatura apresenta aqui a disciplina, a convergência de esforços e a harmonia das grandes massas corais. É um unísono cântico que se ergue ao esplendor e à beleza da velha terra de Portugal – *Mater ignota et pulcherrima*.”<sup>28</sup>

A obra era assim exemplar, pois demonstrava a capacidade tão necessária de uma disciplina social que levasse os portugueses a trabalhar em conjunto para um mesmo fim. O tradicional individualismo nacional era superado pela vontade conjunta de levar a cabo um projecto destinado a melhorar o universo cultural da pátria e, assim sendo, tornava-se um modelo a imitar por todos os portugueses podendo, à boa maneira do movimento da *Seara Nova*, extrapolar-se para o plano político dentro de um esforço unitário não-partidário de contribuir para o bem comum! No ambiente pessimista do final da Primeira República fazia parte de uma estratégia republicana global de combate à depressão colectiva que punha em causa o equilíbrio psíquico da sociedade portuguesa e parecia produzir uma inércia que impedia uma acção política regeneradora do País. O idealismo republicano do movimento criado por Jaime Cortesão, Aquilino Ribeiro, Raúl Brandão, Luís da Câmara Reis, Raul Proença e António Sérgio, em volta da revista *Seara Nova* em 1921, traduzia-se num esforço pedagógico de renovação racional, procurando encontrar e produzir uma resposta positiva e mais optimista, que contrariasse a tendência nacional das elites e do povo português de desistir do futuro, perante as adversidades do presente. A diligência para tentar pela

---

nos derem informações valiosas será feita expressa menção no volume correspondente do *Guia*.”, Proença, Raúl, *Guia de Évora e seus Arredores. Espécimen do Guia de Portugal*, Lisboa, Oficinas Gráficas da Biblioteca Nacional, 1923, capa interior.

<sup>27</sup> “Todo o Português deve ter interesse em que o **Guia de Portugal** se vá corrigindo nas suas sucessivas edições, e em colaborar com o seu esforço para esta obra essencialmente colectiva. Agradecemos por isso todas as informações e alvites que nos sejam enviados e contribuam para tornar mais exactamente conhecida a terra de todos nós”, Proença, Raúl, “Prefácio”, Proença, Raúl (org.), *Guia de Portugal*, Lisboa, Biblioteca Nacional de Lisboa, 1924, Vol. I, p.VIII.

<sup>28</sup> Cfr. Proença, Raúl, Prefácio, Proença, Raúl (org.), *Guia de Portugal*, Lisboa, Biblioteca Nacional de Lisboa, 1924, Vol. I, p.LVIII. Ver também sobre esta questão Reis, António Raúl Proença. *Biografia de um Intelectual Político Republicano*, Lisboa, INCM, 2003, Vol. II, P.398-407.

“prédica” do espírito desbloquear os impasses da vida política lusa e gerar consensos alargados no universo republicano e nacional, contava com uma base natural resultante de boa parte dos seareiros serem funcionários da Biblioteca Nacional de Lisboa dirigida por Jaime Cortesão. O célebre “grupo da Biblioteca” reunia um núcleo de intelectuais republicanos e tornava-se, na prática, num centro de investigação científica na área da cultura em geral e, especificamente, nas ciências sociais, literatura e artes. A possibilidade de poder contar com o acervo documental e bibliográfico da própria Biblioteca Nacional de Lisboa, em constante actualização e modernização, era uma mais valia indispensável para a actividade do grupo e dos seareiros<sup>29</sup>. Assim sendo, Raul Proença não deixa de estabelecer uma ligação directa entre o papel editorial da Biblioteca Nacional de Lisboa e a edição do *Guia de Évora* e do *Guia de Portugal*, na perspectiva do projecto de regeneração nacional do movimento da *Seara Nova*. O facto de ser então Chefe dos Serviços Técnicos da Biblioteca Nacional era sem dúvida uma vantagem extremamente útil para o uso adequado dos recursos disponíveis entre os quais se incluíam os humanos:

“Ora a Biblioteca Nacional, que chegou ultimamente à clara consciência da missão que tem a desempenhar na sociedade portuguesa, e se pôs energética e patrioticamente ao serviço dum *ideal nacional*, julgou que devia também instituir-se numa grande oficina editorial que tivesse precisamente entre os seus mais altos objectivos o do preenchimento das vergonhosas lacunas da nossa literatura, entendida aqui a palavra no seu sentido largo. Estava, pois, naturalmente indicado que ela tomasse o encargo desta publicação, demais encontrando-se para isso em condições excepcionais: à uma pela imensa qualidade de livros que tem à disposição dos seus trabalhadores; à outra porque as suas facilidades junto das várias instituições oficiais ou particulares lhe garantiam a maior soma de informações; finalmente porque as relações que, pela natureza da sua função, mantém com todos os escritores portugueses, lhe asseguravam uma colaboração escolhida e variada. A urgência da necessidade, a grandeza da tarefa, as condições privilegiadas em que nos encontrávamos, e ainda o objectivo superior que nos tínhamos imposto como *Oficina nacional de edições de interesse colectivo*, tudo fazia com que a publicação do **Guia de Portugal** fôsse por nós considerada como um verdadeiro dever a cumprir.”<sup>30</sup>

O esforço era tanto mais meritório e urgente quanto a dispersão dos trabalhos artísticos existentes e a insuficiência dos *guias do viajante*, incapazes de descrever as realidades nacionais fora das “cinco ou seis maiores cidades de Portugal” - o desconhecimento dos portugueses do seu país ia a par com os preconceitos dos estrangeiros<sup>31</sup>! Assim sendo, o seu objectivo principal foi procurar corrigir

<sup>29</sup> Cfr. Ramos, Rui, *A Segunda Fundação (1890-1926)*, Mattoso, José, *História de Portugal*, Lisboa, Editorial Estampa, Vol. VI, p.547-557.

<sup>30</sup> Cfr. Proença, Raul, *Guia de Évora e seus Arredores. Espécimen do Guia de Portugal*, Lisboa, Oficinas Gráficas da Biblioteca Nacional, 1923, p.12-13. Raul Proença produziu vários trabalhos sobre a organização e sobre arquivística da Biblioteca Nacional como por exemplo: Tem também um trabalho de Raul Proença sobre a história da BNL”.

<sup>31</sup> “O resultado de tudo isto é que continuamos sem um repertório completo sistemático, fidedigno do

esta situação desastrosa pondo, ao alcance do máximo de portugueses, um instrumento que lhes permitisse partilhar esta descoberta, quase iniciática, do universo cultural e natural da nação aproximando-se sem dúvida da concepção, acima referida, de George Steiner sobre a Tora judaica. O reconhecimento ou auto-identificação dos portugueses, em geral, com a geografia e a história nacionais exigia que o *Guia de Portugal* não fosse uma obra artística, profusamente ilustrada, de difícil manuseamento, mas antes um “livro portátil” fácil de transportar e consultar por qualquer viajante interessado<sup>32</sup>. Não era uma obra destinada às elites culturais e políticas do País, ou um puro consumo ostentatório, justificador de um qualquer *status* social. O povo português, em geral, mas especificamente as classes médias nacionais dispendo de recursos e tempo para despende num lazer cultural são, sem dúvida, o seu público alvo! Nesta perspectiva, a obra devia propiciar o reencontro entre o leitor-viajante e a realidade natural e artística, num duplo esforço de compreensão e interiorização do espaço físico e cultural do país<sup>33</sup>. O *Guia de Portugal* almejava revelar “Portugal aos portugueses (que tão esquecidos dêle andam)” e simultaneamente ser “o veículo mais natural das justas ideias sobre a nossa arte e a nossa paisagem” fornecendo um “método “concreto” por excelência” que permitisse fazer um “comentário completo das peregrinações artísticas no país”<sup>34</sup>. O esforço pedagógico de permitir a

---

Portugal pitoresco; que o país continú a ser desconhecido dos seus naturais; e que o estrangeiro teima em pensar que somos uma vaga província da Espanha, com homens aproximadamente pretos, e um calor de cozer os miolos ao primeiro que se aventure a transpor-lhe as barreiras.”, Proença, Raul, Prefácio, Proença, Raul,(org.) *Guia de Évora e seus Arredores. Espécimen do Guia de Portugal*, Lisboa, Oficinas Gráficas da Biblioteca Nacional, 1923,p.12-13.

<sup>32</sup> “Não poderia êle pensar em fazer do **Guia de Portugal** um album esplendorosamente ilustrado, com sua encadernação magnífica, para ter o fútil destino de ornamentar as estantes e os móveis das saletas, e servir, quando, muito, de diversão nos longos serões familiares. Não lhe sorriu nunca êste destino de bonzo doméstico. Antes, pelo contrario, quis fazer dêle um comentário vivo, um companheiro de viagem, um fácil e constante colaborador, pronto a ser consultado a cada momento, diante de cada trecho de arte ou de paisagem, e a guiar mesmo os portugueses nos seus passeios e peregrinações. Como é evidente que ninguem viaja com uma edição monumental, êle tinha, pois, de ser concebido e realizado como um livro portátil que se pudesse folhear a todo o instante – ante cada pedra, cada escultura, cada quadro, cada panorama, cada aspecto novo duma estrada.” Proença, Raul, “Prefácio”, Proença, Raul (org.), *Guia de Portugal*, Lisboa, Biblioteca Nacional de Lisboa, 1927, Vol. II, p.XXXIV-XXXV. Ver também sobre esta questão: Proença, Raul, Prefácio, Proença, Raul,(org.) *Guia de Évora e seus Arredores. Espécimen do Guia de Portugal*, Lisboa, Oficinas Gráficas da Biblioteca Nacional, 1923,p.11-12.

<sup>33</sup> “Mas não um comentário morto, um simples roteiro, um inventário inerte e sêco, antes um livro que ajudasse a sentir a beleza das paisagens e das obras de arte, a entendê-las, a apreendê-las nas suas mútuas relações e a situá-las nos seus quadros naturais. O meu intento, numa palavra, foi fazer dêste **Guia** a *geografia pitoresca de Portugal*, para ser lida com os exemplos concretos em frente dos olhos. Assim compreendida a obra, creio que a forma que lhe dei foi, naturalmente, a mais conveniente e adequada.”, Proença, Raúl, “Prefácio”, Proença, Raúl (org.), *Guia de Portugal*, Lisboa, Biblioteca Nacional de Lisboa, 1927, Vol. II, p.XXXV. Ver também sobre esta questão: Proença, Raúl, Prefácio, Proença, Raúl, (org.) *Guia de Évora e seus Arredores. Espécimen do Guia de Portugal*, Lisboa, Oficinas Gráficas da Biblioteca Nacional, 1923,p.13-14.

<sup>34</sup> Cfr. Proença, Raúl, Prefácio, Proença, Raúl, (org.) *Guia de Évora e seus Arredores. Espécimen do Guia de Portugal*, Lisboa, Oficinas Gráficas da Biblioteca Nacional, 1923, p.13-14. A realização deste objectivo era de tal forma prioritário que justificava o sacrifício da forma literária à inteligibilidade dos conteúdos: “A ordem rigorosamente itinerária que seguimos nesta obra é talvez a menos

descoberta de Portugal pelos portugueses implicava a construção de uma relação afectiva, essencial entre o cidadão e o património artístico e natural do país, num verdadeiro enamoramento patriótico capaz de gerar as sinergias necessárias, não só à recordação do passado e à compreensão do presente, mas também à invenção do futuro<sup>35</sup>! Todavia, a paixão pela pátria impunha uma abordagem, que lembra sem dúvida George Steiner, uma peregrinação física e espiritual pelo “corpo” da nação, única forma de sensibilizar activamente “o coração lusitano e implicitamente de o mobilizar para a acção em favor da colectividade nacional:

“a) um minucioso *roteiro* do país, constituído por um conjunto de «itinerários» e «indicações práticas» muito precisas, que possam levar o viajante, com a maior economia de tempo e dinheiro, e o maior proveito e gozo espiritual, a todos os pontos do continente (rios e bosques, aldeias e cidades, cumes golpeados de montanhas, ou rochedos scenográficos do mar), que a história, a lenda, a beleza ou arte tenham instituído em forçados lugares de peregrinação para todo o coração lusitano.”<sup>36</sup>

A identificação dos lugares de culto da nação, ou melhor dizendo, da memória nacional pressupunha o conhecimento dos aspectos artísticos e literários do “património espiritual” da nação<sup>37</sup>. A experiência quase mística desta aprendizagem da pátria não exclui o recurso ao testemunho dos viajantes estrangeiros, assumidamente mais imparciais na descrição de Portugal e capazes de um esforço comparativo que nem sempre está ao alcance dos portugueses<sup>38</sup>. No entanto, a versão do *Guia de Portugal* dos objectivos do projecto é mais sucinta do que o “borrão” original que aparece no *Guia de Évora*. As necessidades de ordem editorial, diferentes nas duas obras, podem justificar este facto, mas parece-nos existir uma intenção, mais ou menos deliberada, de velar determinados aspectos mais críticos de uma visão nacionalista de Portugal. Com efeito, da primeira obra referida não consta um parágrafo que tinha bastante relevância na versão inicial,

---

conveniente aos efeitos literários, mas a mais útil para o fim que tivemos em vista – que não foi encantar os Portugueses com a nossa prosa, mas levá-los à descoberta de Portugal. Se há aqui literatura (e da melhor), ela não constitui um fim em si mesma, mas um meio de sugestão, um comentário vivo e inteligente das excursões a efectuar e a maneira de tornar mais flagrante a expressão da realidade.”, Proença, Raúl (org.), *Guia de Portugal*, Lisboa, Biblioteca Nacional de Lisboa, 1927, Vol. II, p.VI.

<sup>35</sup> “A todos os que não desejam fazer perpétuamente justa a frase célebre de Montesquieu, ao dizer dos portugueses que tinham descoberto o mundo, mas desconheciam a terra em que nasceram, este livro, inventário das riquezas artísticas que ainda se não sumiram na voragem, e das maravilhas naturais que ainda não conseguimos destruir, antologia de paisagistas, «vade-mecum» de beleza, roteiro dos passos dos portugueses enamorados, indículo das pequenas e grandes coisas, que requerem o nosso amor – pelo passado, pelo presente e pelo futuro, - é oferecido e dedicado.”, Proença, Raúl (org.), *Guia de Portugal*, Lisboa, Biblioteca Nacional de Lisboa, 1924, Vol. I, p.VII.

<sup>36</sup> Cfr. Proença Raúl, “Prefácio”, Proença, Raúl (org.), *Guia de Portugal*, Lisboa, Biblioteca Nacional de Lisboa, 1924, Vol. I, p.LV.

<sup>37</sup> Cfr. Proença Raúl, “Prefácio”, Proença, Raúl (org.), *Guia de Portugal*, Lisboa, Biblioteca Nacional de Lisboa, 1924, Vol. I, p.LV-LVI.

<sup>38</sup> Cfr. Proença, Raul, “Prefácio”, Proença, Raul, (org.) *Guia de Évora e seus Arredores. Espécimen do Guia de Portugal*, Lisboa, Oficinas Gráficas da Biblioteca Nacional, 1923, p.18. e também Proença, Raul, “Prefácio”, Proença, Raul (org.), *Guia de Portugal*, Lisboa, Biblioteca Nacional de Lisboa, 1924, Vol. I, p.LV.

traduzida numa recusa militante de qualquer chauvinismo por amor à verdade:

“7.º Respeito escrupuloso da verdade, não nos deixando alucinar por «chauvinismo» de mau gosto, nem esquecendo o que nos coloca em situação de inferioridade em relação a outras nações. Não poderemos ocultar, por exemplo, que Lisboa não é a digna capital dum país civilizado, que os seus arredores são marroquinos, que a salaio é a obra prima da fealdade feminina, que o algarvio (o «grego das ilhas» de Martins) é um dos mais bisonhos de todos os povos, e que se viaja muito menos comodamente nos nossos caminhos-de-ferro que em qualquer das outras linhas europeias. Mas por isso mesmo o elogio na nossa bôca terá outro preço – o preço inestimável da verdade.”<sup>39</sup>

Apesar deste facto ser uma evidência imediata não anula o esforço de apropriação colectiva da memória da pátria através do investimento afectivo no reconhecimento ou identificação do lugares sagrados de Portugal. A formação do cidadão republicano prevê um deambular efectivo pelos espaços carregados de simbolismo do território pátrio, numa tentativa de comunhão espiritual e interiorização da alma nacional. Raúl Proença baseia-se em várias fontes para definir esta viagem patriótica e um dos autores mais referidos é, sem dúvida, Miguel de Unamuno. No *Guia de Évora* já nos surge uma primeira referência explícita ao contributo da concepção deste escritor espanhol para a compreensão plena da ideia de viagem na obra de Raúl Proença <sup>40</sup>. A filiação directa ao pensamento de Miguel de Unamuno, por parte do autor, é ainda reforçada por uma citação semelhante mas agora mais extensa no *Guia de Portugal* também com origem na sua obra *Por Tierras de Portugal y España*:

“Estas excursiones no son solo un consuelo, un descanso y una enseñanza, son además, y acaso sobre todo, uno de los mejores medios de cobrar amor y apego á la patria ... En todo país deberían preocuparse los que lo rigen y conducen de que sus hijos lo conocieran de visón y de contacto.” <sup>41</sup>

Assim sendo, a concepção da viagem em Raul Proença aproximava-se da visão deste escritor, pelo menos na vertente em que valorizava a dimensão do viajante peregrino sempre tão presente na sua obra. Miguel de Unamuno era um intelectual espanhol, nascido no País Basco, ilustre membro da Geração de 98, republicano, conservador, iberista convicto, mas admirador incondicional de Portugal que visitará várias vezes. O conhecimento da pátria era um dever cívico e patriótico que, para Miguel de Unamuno, se materializava numa autêntica peregrinação pelos recantos mais remotos do país, em busca de uma comunhão

<sup>39</sup> Cfr. Proença, Raul, Prefácio, Proença, Raul, (org.) *Guia de Évora e seus Arredores. Espécimen do Guia de Portugal*, Lisboa, Oficinas Gráficas da Biblioteca Nacional, 1923, p.17.

<sup>40</sup> “E assim realizaremos o pensamento de Unamuno: «En todo país deberían preocuparse los que lo rigen y conducen de que sus hijos lo conocieran de visón y contacto». Conceber-se hia melhor meio, para o conseguir, do que aquêle que pusemos em prática?”, Proença, Raul, Prefácio, Proença, Raul, (org.) *Guia de Évora e seus Arredores. Espécimen do Guia de Portugal*, Lisboa, Oficinas Gráficas da Biblioteca Nacional, 1923, p.19. Ver também Unamuno, Miguel de, *Por Tierras de Portugal y de España*, Madrid, Biblioteca Renacimiento, 1991, p.183 e p.193.

<sup>41</sup> Cfr. Proença, Raul, “Prefácio”, Proença, Raul (org.), *Guia de Portugal*, Lisboa, Biblioteca Nacional de Lisboa, 1924, Vol. I, p.V e também Unamuno, Miguel de, *Por Tierras de Portugal y de España*, Madrid, Biblioteca Renacimiento, 1991, p.183 e p.193.

não só natural mas igualmente física, com os aspectos materiais e imateriais ou espirituais da nação. O paralelismo entre as perspectivas dos dois escritores era evidente embora a visão de Raúl Proença da “peregrinação” fosse mais democrática e mais aberta do que a do escritor espanhol. O forte criticismo de Unamuno face aos turistas não é partilhado por Raul Proença que está plenamente consciente, ao redigir um guia do viajante, não pretender dirigir-se somente a uma elite ainda muito ligada à ideia da viagem aristocrática do passado. No entanto, não deixam de existir outros pontos de contacto entre os dois escritores como a ideia da fuga da civilização, a descoberta pedagógica da pátria, o sentimento de natureza, o viajar solitário e anónimo<sup>42</sup>. Os contributos de outros autores estão também presentes na concepção da viagem e da descoberta de Portugal, basta lembrar Byron e Ramalho Ortigão. A citação de Lord Byron no início do primeiro volume do *Guia de Portugal* é obrigatória pela forma como exprime o sentimento de natureza tão caro a Raúl Proença e o transforma numa experiência quase religiosa. Com efeito, figura dominante do romantismo inglês dos primórdios de oitocentos conhecido pelas suas excentricidades mas igualmente pelas descrições apaixonadas de Sintra que transforma num autêntico ícone da literatura europeia da sua época, não podia ser esquecido como fonte longínqua de inspiração do desejo de descobrir um Portugal desconhecido fora das áreas urbanas do País<sup>43</sup>. A marca romântica em Raúl Proença é de igual modo sugerida por Sant’Ana Dionísio ao sugerir uma continuidade com o pensamento de Almeida Garrett. Assim sendo, o *Guia de Portugal* que Raúl Proença desejava aperfeiçoar constantemente poderia tornar-se nas novas “Viagens na minha Terra”<sup>44</sup>. Todavia, a referência maior vai para Ramalho Ortigão (1836-1915) homem da Geração de 70, companheiro de Eça de Queirós convertido ou reconvertido ao nacionalismo e neo-garretismo da geração de 1890 mas autor de numerosos livros de viagens como o célebre *Holanda* (1883) e de várias *Notas de Viagens*, além de um livro significativamente intitulado *As praias de Portugal: guia do banhista e do viajante* (1876). Assim sendo, a seguinte citação de Ramalho Ortigão reforçava a ligação à tradição romântica e neo-romântica nacional na formulação da necessidade de viajar por Portugal:

<sup>42</sup> Cfr. Unamuno, Miguel de, *Por Tierras de Portugal y de España*, Madrid, Biblioteca Renacimiento, 1991, p.183 e p.193. Ver também: Garcia, Ramon F. Llórens, *Los libros de viajes de Miguel de Unamuno*, Alicante, Caja de Ahorros Provincial, 1991, p.36-40 e p.398-407 e também Llano, Genoveva Gracia Queipo, *Los intelectuales y la dictadura de Primo de Rivera*, Madrid, Alianza Editorial, 1988, p.16-422.

<sup>43</sup> “Oh, Christ ! it is a goodly sight to see  
What Heaven hath done for this delicious land.  
What fruits of fragrance blush on every tress!  
What goodly prospects ó’er the hills expand !  
Byron, *Child Harold.*”, Proença, Raul, “Prefácio”, Proença, Raul (org.), *Guia de Portugal*, Lisboa, Biblioteca Nacional de Lisboa, 1924, Vol. I, p.V.

<sup>44</sup> “No prefácio do 1.º vol., Proença aponta com lucidez essa possibilidade, ao considerar o trabalho então empreendido como a fase primeira e necessária para se tentar uma outra, a da realização de uma obra depurada, que fosse, digamos, o arquétipo de umas novas *Viagens na minha Terra*, que um Garrett, ao mesmo tempo actual e ideal, nos pudesse dar através da pena, o mínimo subjectiva, de uma vintena de bons escritores portugueses deste século.”, Sant’Anna Dionísio, “Prefácio”, Sant’Anna Dionísio, (org.), *Guia de Portugal*, Lisboa, Biblioteca Nacional de Lisboa, 1944 (30 de Novembro de), 1.ª Edição, 1965, 2.ª Edição ?, p.XXXIII.

“Nada há no mundo mais saborosamente aprazível para um coração lusitano do que viajar, simples, modesta, obscuramente em Portugal ...”<sup>45</sup>.

O “coração lusitano” expressão comum a Ramalho Ortigão e Raul Proença tende, naturalmente nos dois casos, para uma deambulação afectiva na qual se identifica com a pátria e encontra a fonte do rejuvenescimento individual e colectivo da nação. O viajante é um cidadão que faz a sua aprendizagem emotiva e espiritual do país através de uma “peregrinação” pelos lugares “santificados” da pátria, com a qual comunga dos ideais nacionais e se funde no todo colectivo.

### III - Lugares de Peregrinação.

As instruções iniciais do *Guia de Portugal* para esta “peregrinação” são aparentemente muito prosaicas não parecendo indiciar, senão de forma comedida, os aspectos mais simbólicos desta deambulação patriótica. Na verdade, a relevância do espaço é a primeira dimensão da viagem de descoberta de Portugal a ser referida:

“**Itinerários.** - A maneira mais cómoda e inteligente de um português conhecer o seu país é visitá-lo, não em um único percurso apressado, mas por pequenas e demoradas etapas, ora numa província, ora noutra, de modo a colher de cada uma, vagarosamente, todo o seu recheio de encanto e de beleza. Dez anos seguidos de viagens, de um mês cada uma, permitirão um conhecimento mais ou menos profundo das paisagens, costumes e monumentos de Portugal. Estão aliás pouco em uso as viagens circulatorias de grande raio, e a regra geral é o turista não se abalar para mais duma dezena de léguas para além da povoação que tomou como seu centro de vilegiatura. No decurso dêste *Guia*, na introdução que deve preceder a descrição das povoações de cada província, daremos ao turista o plano das mais interessantes excursões que nela poderá realizar. Ao tratarmos de cada cidade, vila importante, termas, praia ou estação climatérica, indicaremos também os mais belos passeios e digressões pelos arredores. Aos que não dispensam, porém, as excursões de grande circuito, já porque não possam viajar todos os anos, já porque queiram, numa espécie de viagem preliminar, *à vol d’oiseau*, formar uma ideia de conjunto do seu país, fornecemos os seguintes *itinerários* ou planos de viagem, pondo como hipótese ser Lisboa o seu ponto de partida.”<sup>46</sup>.

Os aspectos práticos da “peregrinação” deixam entrever a existência de um conjunto de lugares que se sobrepõe cada vez mais aos tradicionais itinerários demonstrando uma progressiva transferência das preocupações de um turismo cultural<sup>47</sup>. Contudo, independentemente desta deslocação do centro

<sup>45</sup> Cfr. Proença, Raul, “Prefácio”, Proença, Raul (org.), *Guia de Portugal*, Lisboa, Biblioteca Nacional de Lisboa, 1924, Vol. I, p.V.

<sup>46</sup> “(...) É evidente que muitos sítios e povoações” Proença, Raul (org.), *Guia de Portugal*, Lisboa, Biblioteca Nacional de Lisboa, 1924, Vol. I, p. 120-123

<sup>47</sup> Cfr. “Se a *viagem* teve uma função estruturante na emergência e consolidação deste fenómeno [turismo cultural], foi o *lugar*, que, progressivamente, vem a promover novos modos de consumir

do interesse turístico o que encontramos em Raúl Proença na definição dos “lugares de peregrinação” é a sua identificação, em primeiro lugar com espaços considerados essenciais para o viajante e que agrupam as zonas urbanas (cidades e vilas), zonas de recreio ou lazer (termas, praia, estação climatérica) e paisagens naturais e artísticas (passeios e digressões pelos arredores). Numa segunda abordagem, ou num refinamento da análise, procura-se especificar que se trata fundamentalmente de observar os monumentos, os costumes e as paisagens do País <sup>48</sup>. No entanto, os “lugares de peregrinação” não podem ser percorridos sem ter em consideração uma segunda dimensão da viagem de descoberta de Portugal: o tempo. Deste ponto de vista nem todas as épocas do ano são as melhores para percorrer o País sobretudo porque se podem detectar em cada província ou região épocas ideais diferentes em função do clima, da vegetação ou dos costumes populares estritamente ligados aos trabalhos do campo:

“**Época da viagem.** – A moda, a época ordinária das férias, a sação em que os hotéis das estâncias de turismo se abrem a frequência dos forasteiros, a maior duração dos dias, que permite as excursões prolongadas, o gosto que há em abandonar as grandes cidades quando o calor se torna mais calcinante e mais duro – tôdas estas circunstâncias impõem em geral o verão como a época própria das vilegiaturas. E todavia, quem procura fora das cidades, não a continuação do seu bulício, mas uma vida simples e tranquila, vivida na contemplação deleitável das ondas espumantes, das paisagens de sonho, das selvas rumorejantes e religiosas, buscara decerto outra estação mais consentânea com êsses desejos de vida livre e natural, de paz da alma e comunicação mais íntima com as coisas belas da Natura. Demais os grandes calores do estio (tão rigorosos em certas regiões do nosso país, como no Algarve, e em tôda a parte onde não chega a influência moderadora do Oceano), impedem que se goze essa vantagem dos dias longos que à primeira vista tanto impõe o verão como época de vilegiatura: durante dias e dias tornam-se impossíveis as longas caminhadas, e os próprios passeios de carruagem. Além disso, no verão os campos não apresentam em regra em Portugal, pela escassez de chuvas estivais, êsse viço e essa rica pompa de verdura que ostentam, por exemplo, na primavera. É nesta última estação que os campos se esmaltam de flores e que das moitas e das sebes se ergue o turíbulo dos perfumes. Então qualquer pedaço de relva é um canteiro e qualquer rocha uma *corbeille* florida. Não há país em que a primavera deslumbre os olhos e acaricie o olfacto com uma tão rica sinfonia de côres e de perfumes.”<sup>49</sup>

---

o(s) território(s). Mas é com novos conceitos de ocupação dos tempos livres, numa sociedade cada vez mais terciarizada, mais urbana, que o turismo adquire, lentamente, outras práticas. Desmassificadas. Imateriais. Simbólicas. Numa sociedade cada vez mais global procura-se a singularidade cultural. (Re)encontra-se a *Viagem*. (Re)inventam-se os *Itinerários*.”, Cravidão, Fernanda Delgado, “Turismo e Cultura – dos Lugares aos Itinerários”, Ribeiro, Maria Manuela Tavares (org.), *Europa em Mutação. Cidadania. Identidades. Diversidade Cultural*, Lisboa, Quarteto, 2003, p.98.

<sup>48</sup> Sobre esta questão ver acima as afirmações de Raúl Proença as notas n.ºs 36 e 46.

<sup>49</sup> “E todavia não deixa também o outono de ter entre nós seus peculiares encantos. É durante essa quadra que as tardes de Portugal oferecem a sua mais calma doçura e o esplendor magnífico dos seus poentes de oiro e violeta. Há então qualquer coisa de mais delicado, de mais feminino, de mais

A terceira dimensão do *Guia de Portugal* implica a associação do espaço e do tempo mas referido ao passado. O que acaba por se traduzir também numa alusão obrigatória à história nacional e por extensão à memória colectiva portuguesa:

“10.º Menção sumária de todos os factos históricos ligados com os locais descritos, dos homens ilustres que aí nasceram ou viveram, e das referências que lhes digam respeito na nossa literatura de imaginação (obras de Herculano, Garrett, Camilo, Júlio Denis, Arnaldo Gama, Eça, D. João da Câmara, etc.). Assim se obtém essa cór e «fisionomia histórica», êsse prestígio literário ou tradicional sem o qual não há, para alguns, verdadeira paisagem.”<sup>50</sup>

A viagem de descoberta de Portugal pressupõe uma necessária exploração da nossa história não só com o recurso a informações puramente noticiosas, mas também recorrendo a uma “antologia da nossa literatura pitoresca”, “transcrições das referências mais notáveis dos viajantes estrangeiros” e utilização de “gravuras de monumentos, costumes, paisagens, etc. e plantas das principais cidades e mais notáveis regiões de turismo”<sup>51</sup>. Isto previa, ao lado da referência automática ao património material e físico da nação, a valorização do património imaterial e espiritual do país. A literatura nacional assumia uma papel essencial, permitindo utilizar os grandes escritores portugueses entre os quais salienta os românticos e neo-realistas<sup>52</sup>. Todavia, o prefácio do *Guia de Évora* e o do *Guia de Portugal* apresentam notáveis diferenças, neste aspecto, que demonstram uma

---

subtil no encanto da paisagem e no prestígio incomparável da atmosfera doce e feérica ... E é ainda durante o outono que temos ocasião de assistir a uma das mais animadas e características festas campestres de Portugal, a vindima – a festa rútila em que o sangue de Baco espadana das energias da terra, e o próprio ar anda ébrio de vinho novo. Aconselhamos sem hesitar a primavera para o Alentejo, e a primavera e o outono para o Minho. Mas para as viagens no Algarve, pronunciamos decisivamente pelo inverno. Não são frequentes ali a chuva e as tempestades; e não é raro sentir-se calor no próprio mês de dezembro. Demais, é nesta época, de janeiro a março, que essa província nos oferece o seu maior encanto, as amendoeiras floridas. O *verão de S. Martinho*, que quer dizer, essa quadra excepcional, de tão macia tepidez, que reina quasi sempre em meados de novembro, pode ser proveitosamente utilizado para uma excursão de quinze dias em qualquer região de baixa ou média altitude do país. Os belos dias de inverno em Portugal são realmente maravilhosos. A atmosfera apresenta então uma limpidez admirável; a luz tem uma irradiação intensa, magnífica, sem prejuizo da temperatura; e é por vezes tão grande o esplendor desses dias, e dão uma tal plenitude de vida, que as árvores em certos anos se enganam, e se põem a rebentar, como na primavera.”, Cfr. Proença, Raul (org.), *Guia de Portugal*, Lisboa, Biblioteca Nacional de Lisboa, 1924, Vol. I, p. 119-120.

<sup>50</sup> Cfr. Proença, Raul, Prefácio, Proença, Raul, (org.) *Guia de Évora e seus Arredores. Espécimen do Guia de Portugal*, Lisboa, Oficinas Gráficas da Biblioteca Nacional, 1923, p.18.

<sup>51</sup> Cfr. Proença, Raul, Prefácio, Proença, Raul, (org.) *Guia de Évora e seus Arredores. Espécimen do Guia de Portugal*, Lisboa, Oficinas Gráficas da Biblioteca Nacional, 1923, p.18-19.

<sup>52</sup> “11.º Reprodução dos principais trechos descritivos dos nosso escritores, como Ramalho, Eça, Fialho de Almeida, Oliveira Martins, Bulhão Pato, e outros menores. Sob este ponto de vista, a nossa obra pode ser considerada como uma **Antologia da nossa literatura pitoresca**, idea em que fomos precedidos pelo Sr. António Arroio nas *Notas sobre Portugal*, mas que aplicámos mais completamente, não desdenhando mesmo a contribuição de alguns autores de segunda ordem. O interesse dos nossos volumes ainda é acrescido pelas páginas soltas de alguns escritores, que não tendo podido colaborar na redacção do nosso Guia, tiveram a gentileza de redigir expressamente para êle uma ou outra descrição ou impressão isolada.”, Proença, Raul, Prefácio, Proença, Raul, (org.) *Guia de Évora e seus Arredores. Espécimen do Guia de Portugal*, Lisboa, Oficinas Gráficas da Biblioteca Nacional, 1923, p.18.

evolução do pensamento de Raúl Proença nos anos de 1921-1924. No prefácio do 1.º volume do *Guia de Portugal* aparece-nos um *roteiro do país*, uma *antologia da nossa literatura pitoresca* e um *processo, um testemunho dos estrangeiros sobre Portugal* que são réplicas dos conteúdos do prefácio do *Guia de Évora*. A referência a uma *literatura descritiva* corresponde *grosso modo* ao que está presente no prefácio do *Guia de Évora*. Contudo, a questão essencial do património artístico português é abordada de forma diferente nas duas obras. Na primeira, detectam-se e denunciam-se sobretudo as ausências existentes em obras anteriores, em estreita relação com a paisagem natural envolvente:

“2.º Carácter por assim dizer exaustivo do nosso «inventário», não deixando de mencionar tudo o que realmente tivesse importância. Percorremos as obras congêneres anteriormente publicadas, e ficamos mudos de surpresa perante certos silêncios inexplicáveis. Pois pode-se conceber uma obra desta natureza que nos não fale nas igrejas românicas do Norte ? nas antiguidades romanas do Alentejo e Algarve ? em certos pontos de vista do Alto Minho, como o alto de Santo António em Caminha, o Calvário de Ancora, o cimo da serra de Arga, e tantos, tantíssimos outros, belvederes incomparáveis sobre a provincia mais densa, mais verdejante, mais bucólica, mais triunfalmente alegre de todo o país ? nas margens amenas ou grandiosas do Cávado, do Ave, do Vizela, do Lima, do Zêzere, do Lis, do Guadiana ? nos vales edénicos de Lafões, na majestade do Gerez, do Caramulo, do Marão ? nas maravilhosas estradas minhotas, como a de Caminha por Paredes de Coura a Ponte de Lima, dos Arcos à Barca, de Braga a Póvoa de Lanhoso e a Salamonde e Ruivães, por êsses mesmos caminhos que fizeram delirar de entusiasmo um Soult, um Landmann, um Kingston, um Virchow, um Murphy, um Watson, e que a maior parte dos portugueses nem de tradição conhece [(1) Do Minho sabem apenas os meus contemporâneos que tem um ponto de vista famoso, o Bom Jesus de Braga. É de estarrecer as gentes tal pelintrismo de gosto, e um desconhecimento tão completo das belezas sem par duma provincia, que, diga o que disser Oliveira Martins, é a mais variada do país quanto a acidentes panorâmicos. Mister é dizer-lhes que êsse ponto de vista famoso não é senão uma beleza de segunda ordem, em comparação de muitas outras, susceptíveis de fulminar de assombro o mais pintado – quer dizer, o mais obtusamente surdo às estesias da paisagem.] ? Isto, *que é do mais belo que há no mundo*, não tem merecido uma linha sequer dos nossos autores de guias e roteiros. E dá-se o caso que se frequênta anos sucessivos uma estação de vilegiatura, sem nunca ter visto, num aro não excedente a cinco léguas, maravilhas que justificariam, por si sós, uma viagem ! Assim passamos ao pé de fontes inexauríveis de beleza, trazendo para a cidade a mesma sêde insatisfeita.”<sup>53</sup>

A crítica não excluiu obviamente o reconhecimento da existência de trabalhos anteriormente produzidos, extremamente válidos como *As Notas sobre Portugal* de António Arroio, a *Arte e Natureza* de Gabriel Pereira e o *Manual do viajante em Portugal* de Mendonça e Costa. No entanto, os aspectos artísticos

<sup>53</sup> Cfr. Proença, Raúl, Prefácio, Proença, Raúl, (org.) *Guia de Évora e seus Arredores. Espécimen do Guia de Portugal*, Lisboa, Oficinas Gráficas da Biblioteca Nacional, 1923, p.15-16.

da “peregrinação” recebem uma nova importância no *Guia de Portugal* pois é considerado fundamental para a preservação do património espiritual do país:

“b) um *repertório artístico*, onde, por assim dizer, se faça a «inventariação sistemática e exaustiva das obras de arte do país», destruindo no mesmo passo as erróneas ideias sobre a sua origem e proveniência, a época da sua produção, e sua importância e significado artístico, colocando-se no lugar que lhes compete na história geral da arte, e auxiliando assim, com esta divulgação através dum largo público, a conservação, defesa e carinhoso amor do nosso património espiritual.”<sup>54</sup>.

Não significa isto uma visão positiva, por parte de Raúl Proença, deste património assimilado aos monumentos nacionais que considerava muito pobres em comparação com as paisagens nacionais, no *Guia de Évora*. No *Guia de Portugal*, esta perspectiva mantém-se de forma depreciativa num texto anónimo e portanto da responsabilidade de Raúl Proença:

“**Curiosidades monumentais.** – Já o mesmo não poderemos dizer quanto às riquezas monumentais. Nada aqui que se aproxima sequer das maravilhas que se conservam e admiram na Itália, na Espanha, na França, na própria Holanda. Se exceptuarmos Lisboa, a Batalha, Tomar, Évora, Coimbra, Sintra, Alcobaça, tudo o mais é de importância secundária. Merecem, porém, ainda uma visita de estudo Caminha, Viana, Braga, Barcelos, Pôrto, Vila do Conde, no Entre Minho e Douro; Aveiro e S. Silvestre, na Beira Litoral; Viseu, Lamego, Tarouca, na Beira Alta; na Beira Baixa, a Guarda, pela sua Sé; na Extremadura, Mafra, Santarém e Setúbal, no Alentejo, Elvas, Portalegre, Vila Viçosa, Beja, e Silves, por junto, em todo o Algarve. (V., porém, para a enorme importância da pintura, p.103-115).”<sup>55</sup>.

O texto não exprime um desprezo pelos monumentos nacionais nem, muito menos, pelas produções artísticas, sobretudo a pintura. Os monumentos nacionais eram o elemento mais espectacular da herança histórica nacional uma vez que exprimiam, dentro do pensamento nacionalista do século XIX e parte do século XX, a genialidade artística, e subsequentemente, a cultura e a “alma” de um povo ou, na versão alemã, o *volkgeist* colectivo da nação. A preocupação com o património correspondia igualmente a uma tendência dominante nas políticas culturais dos diferentes estados e ligava-se estreitamente a um processo de preservação da memória colectiva. A sua salvaguarda era um elemento essencial da construção da identidade nacional de um país, sendo compreensível a importância que lhe conferiam as autoridades públicas e as entidades privadas. Raúl Proença e os seus colaboradores inseriam-se nas tendências dominantes do seu tempo transpondo-as com enorme felicidade para as páginas do *Guia de Portugal* <sup>56</sup>. Aliás, no texto acima citado alarga-se temporalmente o conceito de monumento de maneira a abarcar o passado pré-romano e romano e incluindo estruturas mais vastas como as cidades, citânias, castelos, ao lado de dolmens, antas, pontes, aquedutos,

<sup>54</sup> Cfr. Proença, Raúl, Prefácio, Proença, Raúl (org.), *Guia de Portugal*, Lisboa, Biblioteca Nacional de Lisboa, 1924, Vol. I, p. LV.

<sup>55</sup> Cfr. Proença, Raúl (org.), *Guia de Portugal*, Lisboa, Biblioteca Nacional de Lisboa, 1924, Vol. I, p.131.

<sup>56</sup> Cfr. Chastel, André, «La notion de patrimoine», Nora, Pierre (dir.), *Les Lieux de Mémoire-La Nation*, Paris, Éd. Gallimard, 1997, Vol. I, p.1433-1469.

pelourinhos, cruzeiros e templos, outros tantos testemunhos da “arte construtiva dos portugueses”<sup>57</sup>. Na verdade, partindo do princípio que recordar é viver não se pode restringir a noção de monumento a uma época dada (supostamente o território nacional a partir da independência nacional em 1143) nem circunscrevê-lo a um único tipo de edifícios religiosos ou profanos, considerados individual ou separadamente do conjunto urbano e da envolvente sócio-cultural. Embora Raúl Proença tenha deixado, nos diversos volumes do *Guia de Portugal*, variadas observações sobre os monumentos portugueses apoiando-se no trabalho de Reinaldo dos Santos. As cidades de Évora e Lisboa são os exemplos mais claros das suas descrições e, concepções dos monumentos. As razões deste facto resultam, por um lado de razões práticas e, por outro, da doença mental que o impediu de continuar a colaborar activamente na publicação do *Guia de Portugal*. A proximidade da sua residência e actividade profissional na capital tornava mais exequível o estudo de Lisboa e Évora pois as deslocações eram mais fáceis. O trabalho anterior no *Guia de Évora* e os estudos dos arredores de Lisboa e das respectivas estradas proporcionavam a reunião de elementos que facilitavam o trabalho nestas duas áreas urbanas. Além disso, os dois casos serviam-lhe para mostrar o que era uma “cidade-museu”, como Évora, dispondo de um centro histórico relativamente preservado e com uma coerência própria e Lisboa, a capital só valorizada no universo de uma utopia da cidade ideal do futuro. A urbe alentejana permitiu-lhe realizar, com Reinaldo dos Santos e Hernani Cidade, um primeiro ensaio no *Guia de Évora*, ainda imperfeito, mas modelo do futuro *Guia de Portugal*. Retoma, nesta última obra, as observações passadas e aproveita para fazer uma longa descrição introdutória da cidade, referenciando os seus principais aspectos urbanísticos e arquitectónicos. Estabelece uma estreita ligação com os períodos áureos de Évora com especial destaque para a Idade Média e o Renascimento. Compreende-se que a designe, à semelhança de certas cidades de Castela, como o “paraíso do aquarelista e do arqueólogo”. Embora as descrições de monumentos sejam maioritariamente feitas por Reinaldo dos Santos, colabora em várias não assinadas e deixa-nos uma, mais extensa e pessoal, sobre a Praça do Geraldo que define como “um dos lugares do país mais ricos de sugestões históricas.”<sup>58</sup>. Évora era a urbe turística, por excelência, do nacional ou estrangeiro por ter conseguido conservar intacto o seu legado arquitectónico e artístico. Fazia sentido escolher, para a primeira experiência de um guia, esta cidade predestinada à partida para a actividade turística.

A capital, em contrapartida, é uma decepção total para o visitante, em parte devido à destruição do seu património, pelo terramoto de 1755 que não lhe permite ombrear com as capitais europeias. Valoriza a acção de Pombal na reconstrução de Lisboa, mas mostra pouca simpatia pela arquitectura que se lhe seguiu, sobretudo os edifícios que se construíram ao longo das novas avenidas “pela vulgaridade ou pelo pretenciosismo pesado e sem gôsto”. Os monumentos

<sup>57</sup> Cfr. Proença, Raul, “Prefácio”, Proença, Raul (org.), *Guia de Portugal*, Lisboa, Biblioteca Nacional de Lisboa, 1924, Vol. I, p.131-133.

<sup>58</sup> Cfr. Proença, Raúl e Santos, Reinaldo dos, «Évora», Proença, Raúl (org.), *Guia de Portugal*, Lisboa, Biblioteca Nacional de Lisboa, 1927, Vol. II, p.35-81.

da cidade reduzem-se, na sua opinião, aos Jerónimos, à Torre de Belém, ao Terreiro do Paço e a um ou outro portal de uma igreja nobre como o de S. Vicente. A concepção de monumento é aqui relativamente restrita, condicionada por aquilo que se pensa ser a perspectiva do viajante e, implicitamente, uma visão patriótica em que se valoriza a “linha arquitectónica, a grandeza do arranjo ou a riqueza da matéria.”. O mais espectacular e o mais importante em Lisboa não está nos seus monumentos, mas seguindo aqui as observações de Byron a vista que se goza do Tejo sobre a cidade. Sem dúvida muitas das críticas que faz ao urbanismo da capital são bem fundadas e ainda hoje, em parte, válidas como é o caso de se acusar Lisboa de ter virado as costas ao rio, sendo incapaz de aproveitar a autêntica maravilha da natureza. Não se fica por estes aspectos puramente negativos da cidade, mas propõe soluções para a tornar excelente para a actividade turística. Importa não ficarmos limitados às suas potencialidades resultantes do seu “ambiente natural”, mas reforçá-las impregnado-a de uma “atmosfera de arte”. Nesta perspectiva sonha com uma cidade do futuro, uma “Lisboa monumental” a criar com vários novos monumentos. Trata-se assim de edificar a cidade da utopia, inspirada nos sonhos socialistas e positivistas do século anterior ! Contudo, a construção da urbe ideal, capaz de agradar aos turistas e, patrioticamente, nos colocar ao nível dos outros países europeus, não descarta antes exige a presença viva da memória histórica. O Tejo, o “grande rio histórico” que testemunhou as grandezas passadas da pátria, torna-se agora o grande rio da memória colectiva dos grandes homens do passado dignos de figurar no calendário de Auguste Comte celebrando os triunfos da humanidade. Assim sendo, construir uma larga avenida marginal orlada das estátuas dos antepassados heróicos é uma forma pedagógica de nos levar a mergulhar nas profundezas do nosso passado nacional. Passado, presente e futuro reencontram-se no espaço desta cidade imaginada e imaginária onde o tempo se anula e todos comungam dos mesmos valores pátrios formando um só povo. O futuro nacional alimenta-se desta memória do passado para fornecer aos cidadãos desta pátria renascida “mais riqueza, mais força e mais saúde, um ambiente com um pouco mais de graça e de beleza”<sup>59</sup>.

#### IV - O Paraíso do paisagista.

Raúl Proença ao salientar a importância da literatura portuguesa, no primeiro volume do *Guia de Portugal*, deixa em segundo plano os grandes escritores românticos e neo-realistas aos quais tinha dado tanta importância no prefácio ao *Guia de Évora*<sup>60</sup>. Não se tratava de desvalorizar a importância dos autores lusos na construção de uma identidade nacional, mas antes de valorizar a vertente descritiva dos textos no referente às paisagens do país e simultaneamente do

<sup>59</sup> Cfr. Proença, Raúl, «Lisboa-Impressão Geral», Proença, Raúl (org.), *Guia de Portugal*, Lisboa, Biblioteca Nacional de Lisboa, 1924, Vol. I, p.180-185.

<sup>60</sup> Cfr. Thiesse, Anne-Marie, *A Criação das Identidades Nacionais. Europa – Séculos XVIII-XIX.*, Lisboa, Temas e Debates, 2000, p.133-145.

sentimento de natureza:

“d) uma *antologia da nossa literatura pitoresca*, que seja o escrínio de tanta jóia perdida reflectindo ainda hoje, com limpidez por vezes maravilhosa, as impressões dos nossos maiores ante as belezas desta terra pródiga (que, pela variedade quasi inexaurível dos seus tipos de paisagem, tanto como a designação de «paraíso do botânico», que lhe deu Chodat, mereceria talvez a de PARAÍSO DO PAISAGISTA) – e onde se reünam as páginas mais evocativas dos nossos escritores, desde que o sentimento fêz irrupção na literatura nacional, com Fr. Luís de Sousa, Rodrigues Lôbo e Miguel Leitão de Andrade, até à paisagem mais arejada, mais colorida e mais precisa da moderna escola pseudo-realista.”<sup>61</sup>.

A referência ao “sentimento de natureza” atesta a marca do romantismo que trata a paisagem como uma realidade dotada de vida própria e, ao mesmo tempo, retrato fiel das emoções do espectador que encontra na natureza uma correspondência imediata numa relação afectiva recíproca. Esta primeira concepção da paisagem de Raúl Proença coincide *grosso modo* com a de Miguel de Unamuno do sentimento da natureza - prazer estético e utilitário recuperando o romantismo de Rousseau, Byron ou Sénancour<sup>62</sup>. No entanto, a paisagem é também passível de ser tratada de uma forma mais científica pela mão do biólogo, constatando a evidente possibilidade da descoberta da paisagem, como uma realidade valorizada em termos da afirmação da identidade nacional, poder ser feita no plano do artista e do cientista<sup>63</sup>. Aliás, a capacidade artística típica do pintor e a objectividade do fotógrafo são citadas no prefácio ao *Guia Évora*, como as qualidades essenciais do paisagista para captar a beleza natural e os sentimentos mais profundos que suscita ao observador empenhado e que designa por “alma da paisagem”<sup>64</sup>. A ambiguidade implícita entre a objectividade do cientista/

<sup>61</sup> Cfr. Proença, Raúl, “Prefácio”, Proença, Raúl (org.), *Guia de Portugal*, Lisboa, Biblioteca Nacional de Lisboa, 1924, Vol. I, p.LVI.

<sup>62</sup> Cfr. Unamuno, Miguel de, *Por tierras de Portugal y España*, Madrid, Biblioteca Renacimiento, 1911, p.285-296.

<sup>63</sup> “Le peintre et le savant: leur découverte simultanée d’un paysage national est contemporaine de l’essor du rail et du tourisme. D’où ces Guides-Joanne, qui ont tant fait au XIXe siècle pour la conscience charnelle de la France, pour l’enracinement des lieux dans leur histoire, pour le découpage de l’espace en régions fortement individualisées.”, Nora, Pierre, “La Nation. 1. L’Immatériel. Paysages”, Nora, Pierre (dir.) *Les Lieux de Mémoire*, Paris, Éditions Gallimard, 1997, Vol. I, p.955.

<sup>64</sup> “3.º Elaboração das diferentes partes do **Guia** por autênticos escritores, sendo sobretudo preferidos os que tivessem sensibilidade artística, faculdades de imaginação pitoresca e recursos de expressão plástica. Não obedeceu este critério a fins de pura literatura, para conseguir um alindamento e uma *fioriture* da realidade. Para nós o mais forte paisagista literário é aquele que possui na própria retina a máquina fotográfica mais sensível, que reflecte, como num espelho muito límpido, as formas, as linhas, as cores da natureza. A sutileza do seu olhar consiste precisamente na sua justeza e na sua maravilhosa fidelidade. Foram as faculdades de visão e sugestão dos escritores-artistas que foram tomadas em conta, e não a sua capacidade em desenvolvimentos poéticos ou em puros devaneios de rêtórica.

4.º Sempre que fôsse possível, substituição das simples enunciações e enumerações por uma descrição sucinta, mas sugestiva, do objecto a descrever.

5.º Sobriedade da forma, não exclusiva do corte elegante da frase e do relêvo literário da expressão. Repúdio, pois, de todas as divagações estêreis, das «recordações pessoais», das evocações de

fotógrafo e a profunda subjectividade do escritor/pintor não é considerada uma contradição pelo autor que valoriza apaixonadamente as paisagens nacionais face à pobreza dos monumentos do país ! Além disso, a paisagem é a sua musa inspiradora que o leva a iniciar o processo de edição do *Guia de Portugal* nessa demanda sagrada da pátria. Na verdade, o território da nação não pode ser plenamente entendido senão existir uma compreensão dos aspectos geográficos, biológicos e eventualmente zoológicos, da paisagem natural. Contudo, o facto não excluiu antes reforça a paixão pela terra-mãe nacional cujo sentido pode ser decifrado a partir das evidências científicas numa leitura de raiz positivista, mas traduzida pela pena do paisagista literário numa dimensão estética, onde se decifra o seu significado profundo metafísico, quase místico:

“c) uma obra de sóbria *literatura descritiva* que, sem as desfigurações e alucinações caras aos românticos, os incidentes das recordações pessoais, os desenvolvimentos eruditos, as divagações retóricas e os devaneios poéticos – tôdas as formas de *macrologia*, para empregar o velho e impressionante dizer do gramático João de Barros -, tendo como norma suprema da arte de escrever a mais rigorosa e translúcida FIDELIDADE, possa sugerir a impressão viva da beleza, e despertar em todo o português culto o fremente desejo de a conhecer. Uma obra assim concebida e realizada não poderá deixar ainda de ensinar a «ver» esteticamente, quer dizer, com mais perfeita REALIDADE, e a descoberta no mundo das formas e das côres as profundas harmonias, e a alma, o sentimento que exprimem ou que sôbre elas paira – dispertos os sentidos pela varinha mágica do estilo, cujo subtil prestígio faz surgir um mundo organizado dum caos bruto e amorfo de impressões, e descerra e vaporiza o véu de névoa que, para o vulgar, sem o auxílio, flutua sôbre as coisas, e lhe oculta ou diminui a visão estética do mundo.”<sup>65</sup>

No entanto, a impressão inicial que parece emergir das descrições de Raúl Proença aproxima-se decididamente da perspectiva do escritor/pintor como é perfeitamente visível ao referir os aspectos extraordinários do “céu” nacional:

“O céu. – Só por si, o maravilhoso céu de Portugal justificaria uma viagem de turismo. Ele tem, como nenhum outro, êsse «rico, profundo, macio azul» de que fala Eça e de que andavam aguados os olhos dum dos seus protagonistas. Todos os viajantes estrangeiros reconhecem essa primazia do nosso firmamento, e Martin Hume não se farta de erguer louvores a êsse céu «profundo, lustroso, azul de safira, de que só Portugal parece ter conservado o segrêdo».

As variações da irradiação solar e da humidade atmosférica dão-lhe, porém cambiantes de cor e diferenças na altura. Ele é, ora dum azul etéreo, translúcido,

---

momento, das longas acumulações de pormenores secundários. Mais uma vez: o paisagista literário revela justamente as suas qualidades na fidelidade com que se cinge ao quadro, e na maneira rápida e concisa como evoca, em dois ou três traços, em meia dúzia de palavras bem escolhidas, a «alma da paisagem», quer dizer, os dois ou três sentimentos dominantes que suscita.”, Proença, Raúl, “Prefácio”, Proença, Raúl (org.), *Guia de Évora e seus Arredores. Espécimen do Guia de Portugal*, Lisboa, Oficinas Gráficas da Biblioteca Nacional, 1923, p.16-17.

<sup>65</sup> Cfr. Proença, Raúl, “Prefácio”, Proença, Raúl (org.), *Guia de Portugal*, Lisboa, Biblioteca Nacional de Lisboa, 1924, Vol. I, p. LV-LVI.

e tão radiante, que diríamos que o vemos vibrar e faiscar; ora, mais aguçado e esbatido, é como uma sêda tenuíssima ou uma frouxa musselina transparente; ora, pelo contrário, ostenta sôbre as nossas cabeças uma rica e profunda cúpula de esmalte, azul ferrete, brunida, com a macieza e o lustre dum brocado de veludo.”<sup>66</sup>.

A paleta de cores do “céu” português assemelha-se, na sua descrição, à paleta do pintor confirmando plenamente o encantamento maravilhado por uma realidade natural que dá uma característica única à paisagem portuguesa. De igual modo, a “flora” é referida em termos poéticos e fortemente centrada em imagens impressivas que lhe dão uma originalidade que espelham a identidade nacional sem recusar uma objectividade científica<sup>67</sup>. Na verdade, a construção pelas diversas correntes nacionalistas, ao longo do século XIX e princípios do século XX de um modelo de paisagem nacional não deixa de ter reflexos em Portugal e necessariamente nas concepções do autor. A valorização extrema da paisagem natural do sul do país sobretudo do Alentejo (e secundariamente o Tejo) face à Europa não excluiu uma preferência por outra região. Num texto não assinado e portanto da responsabilidade de Raúl Proença depois de uma descrição das diversas paisagens das várias regiões de Portugal opta pelo Minho:

“Se entre tôdas essas regiões de Portugal, nos impuseram a comparação, é de certo o Minho que levará a palma no duelo das províncias: digam o que disserem certos cultores de paradoxos, nada há na terra portuguesa que se lhe compare em mimo de vegetação, riqueza de coloridos, música de águas abundantes, graça e virgindade rurais, e opulência dos grandes painéis panorâmicos. Mas há muitos outros pontos do país dignos da admiração sem reservas do turista; simplesmente êles se encontram mais esparsos, menos concentrados, do que nessa região de excepcional beleza.”<sup>68</sup>.

<sup>66</sup> “Outra gradação, essa fantástica e rara, é o céu azul-pervinca, que parece feito de violetas exprimidas. Por vêzes êste tom único desaparece, e é então riscado de nuvens altas, perolinas, estratificadas, apresentando o brilho nacarado duma concha enorme, azul, muito azul com veios brancos. Outras vezes, finalmente, o céu é de opala, e nas tardes vaporosas, ao fundo das árvores finalmente recortadas, desmaia em madre-pérola. Há dias então, esplendorosos de luminosidade, em que, sob o céu muito límpido, tudo é doirado: a terra, as árvores, as águas, o próprio sorriso das coisas e dos homens é doirado. Não se descreve o prodigioso deslumbramento. Quási ficamos supressos como de uma cúpula tão azul de safira pode escorrer assim tanta luz de oiro.

Os poentes e as noites de luar são magníficas; e merece a pena ir ao Algarve só para contemplar a labareda nocturna das estrêlas chamejantes.”, Proença, Raúl, “Céu”, Proença, Raúl (org.), *Guia de Portugal*, Lisboa, Biblioteca Nacional de Lisboa, 1924, Vol. I, p. 123-124.

<sup>67</sup> “ - Se a flora arborescente do Sul do nosso país é pobre de pitoresco, pois que as azinheiras, os sobreiros, as oliveiras, as figueiras não teem o porte, a graça, a delicadeza das árvores de alto fuste, que dão aos campos da França, por exemplo, uma poesia tão singular e feminina; se apenas no centro e no Norte encontramos com maior ou menor abundância os choupos, os salgueiros, os carvalhos, os castanheiros, as árvores nobres, verdadeiramente *régias* da paisagem; a flora humilde, dos arbustos, subarbustos e plantas herbáceas e rasteiras, que se desentranham em flores policrômicas, vestindo e atapetando as moitas, as sebes, os pinhais, as próprias rochas, essa é, sem contestação, a mais interessante, a mais rica, a mais variada de tôda a Europa.”, Proença, Raúl, “Flora”, Proença, Raúl (org.), *Guia de Portugal*, Lisboa, Biblioteca Nacional de Lisboa, 1924, Vol. I, p. 124.

<sup>68</sup> Cfr. Proença, Raúl, “Regiões pitorescas”, Proença, Raúl (org.), *Guia de Portugal*, Lisboa, Biblioteca

Na verdade, o Minho é escolhido, não apenas devido a um forte *parti-pris* nortenho mas simplesmente por ser uma região que de certa maneira sintetizava ou reunia alguns dos elementos mais belos da paisagem natural lusa e portanto prestava-se melhor a ser um ícone da paisagem nacional<sup>69</sup>. A “construção” da paisagem nacional não se resume à escolha do Minho como região simbolicamente capaz de exprimir uma identidade portuguesa. O contraste com outros países nomeadamente com a Espanha permite uma descoberta da diferença e da originalidade nacionais:

“A surpresa e o encanto do viajante aumentam ainda pela proximidade da Espanha. Quer se entre em Portugal pelo Douro, pelo Coa, pelo Sever ou pelo Caia, por qualquer das linhas de penetração que estabelecem a comunicação acelerada com a nação vizinha, «não há viajante algum – como diz Bertaux – que se não sinta transportado a um país diferente» ao deixar os planaltos nus e escavados da Castela ou da Extremidade espanhola para seguir o curso sinuoso e romântico dos nossos rios. É uma verdadeira transfiguração, tendo-se quase, por assim dizer, a sensação *física* da independência e originalidade desta terra no seio das nações peninsulares. «Desde o Minho até ao Tejo – é ainda Bertaux quem fala, Portugal, sempre refrescado e reverdecido pelas nuvens pluviosas do Oceano, é de aspecto tão «normando» ou «bretão» como a Galiza, a região menos espanhola da Espanha.»<sup>70</sup>.

Todavia, a paisagem natural descrita desta forma surge como despida de seres humanos que parecem ausentes ou pelo menos referidos apenas marginalmente. Importa agora ter em consideração a perspectiva de Raúl Proença sobre as populações que povoam os espaços da pátria.

## V - Populações e costumes.

O encanto e a autêntica paixão que demonstrava pela paisagem contrastava com a visão pouco elogiosa dos portugueses, numa atitude que bem pode ter ecos byronianos, na depreciação dos habitantes do país como se vê a propósito da descrição de Lisboa<sup>71</sup>. Analisaremos os principais aspectos deste relativo menosprezo do autor pelas “gentes” do país seguindo a abordagem etnográfica, pitoresca e folclórica do autor. Contudo, não nos podemos esquecer que o povo pensado de uma forma política como actor principal da história nacional aparece pouco em Raúl Proença apesar da sua adesão ao ideário republicano. Na verdade, a abordagem que segue procura salientar principalmente tipos étnicos, optando por uma explicação que colhe, provavelmente em torno da ideia de raça, elementos ideologicamente díspares. As influências prováveis de

---

Nacional de Lisboa, 1924, Vol. I, p. 129.

<sup>69</sup> Cfr. Thiesse, Anne-Marie, *A Criação das Identidades Nacionais. Europa – Séculos XVIII-XIX.*, Lisboa, Temas e Debates, 2000, p.184-190.

<sup>70</sup> Cfr. Proença, Raúl, “Regiões pitorescas”, Proença, Raúl (org.), *Guia de Portugal*, Lisboa, Biblioteca Nacional de Lisboa, 1924, Vol. I, p. 129.

<sup>71</sup> Cfr. Proença, Raúl, «Lisboa - Esclarecimentos Práticos - Impressão geral», Proença, Raúl (org.), *Guia de Portugal*, Lisboa, Biblioteca Nacional de Lisboa, 1924, Vol. I, p. 180-183.

Teófilo Braga, Oliveira Martins (embora contestado) numa época mais distante e de Aquilino Ribeiro e António Sardinha pesaram mais nestas descrições do que provavelmente António Sérgio. As suas observações correspondem também a uma tendência mais geral na Europa na qual o mundo camponês e rural preserva melhor a tradição e a continuidade da nação com o passado histórico. Contudo, dentro do projecto de uma pedagogia republicana, deseja igualmente um aperfeiçoamento em nome do progresso do próprio povo luso <sup>72</sup>.

Todavia, não podemos ignorar o facto de que a doença mental, nos inícios dos anos 30 do século XX e a sua morte precoce em 1941, não lhe permitiram concluir as suas contribuições para o *Guia de Portugal*. Sant'Anna Dionísio foi o responsável pela revisão e publicação de muitos dos seus textos, inacabados, dos volumes 3.<sup>o</sup> e 4.<sup>o</sup>. Contudo, deixou-nos elementos suficientes para apreciarmos a visão de parte da população portuguesa, pelo menos dos lisboetas, alentejanos, algarvios e ribatejanos. No que se refere aos primeiros as suas observações são depreciativas, embora escoradas num exame que se pretende objectivo da realidade humana e social de Lisboa. O autor começa por nos referir os aspectos mais negativos de um evidente atraso civilizacional, marcado pela falta de conforto das habitações populares, os cheiros nauseabundos, o lixo nas ruas e a miséria humana, exemplificada na forma de trajar dos indivíduos da classe baixa. A elegância refinada das altas classes sociais é semelhante à das mais avançadas cidades europeias. A contraposição feita entre os dois grupos sociais destina-se a valorizar a possibilidade de evolução cívica e civilizacional dos lisboetas tendo em conta a opinião crítica do turista estrangeiro. Na análise dos diversos grupos populares da capital Raúl Proença parece ser mais tolerante, sobretudo quando se refere aos *galegos* e às *varinas*, a quem reconhece, neste último caso, uma série de dons de ordem estética. Diferente é o tratamento dado ao *fadista*, considerado um elemento marginal em vias de extinção e, assimilado aos prostíbulos do Bairro Alto, Mouraria e Alfama <sup>73</sup>. Mais grave é o retrato do *saloio* dos arredores de Lisboa considerado descendente do “mouro” que habitara a cidade até à sua conquista por Afonso Henriques. Designa-o também como o “berbere da Ibéria” caracterizado pela sua *esperteza saloia*, assimilada a vários defeitos físicos e morais como a avareza, curteza de vistas, espírito rotineiro que contrapõe à “gente bela e robusta do Norte” e ao “homem do Norte, afeito às prodigalidades duma natureza luxuriante e à luz tamisada pelas frondes”. No entanto, este tipo humano idealizado não é totalmente inexistente nas populações das proximidades da capital. Detecta alguns destes elementos definidos pelo aspecto “mais nobre,

<sup>72</sup> “Os costumes campesinos, inicialmente considerados dignos de interesse apenas como vestígios da cultura ancestral, tornam-se também símbolos da pátria e referentes éticos. O campesinato serve agora para provar que, apesar de todas as mudanças observáveis, a nação permanece imutável. O elo entre a formação dos Estados-nações, a economia capitalista e a industrialização é evidente. A construção cultural representa neste dispositivo um papel particular: o da sua própria negação.”, Thiesse, Anne-Marie, *A Criação das Identidades Nacionais. Europa – Séculos XVIII-XIX.*, Lisboa, Temas e Debates, 2000, p.159-160.

<sup>73</sup> Cfr. Proença, Raúl, «Lisboa - Esclarecimentos Práticos – Impressão geral», Proença, Raúl (org.), *Guia de Portugal*, Lisboa, Biblioteca Nacional de Lisboa, 1924, Vol. I, p.185-188.

loiro, puro de linhas, de beleza indiscutível, com pele rosada e olhos azuis” e assimiláveis aos povoadores vindos do norte da Europa na Idade Média, de origem franca, flamenga e alemã. Deste universo dos *salaios* salva-se apenas um tipo misto existente sobretudo em Sintra e Colares que embora moreno ostenta já “delicadezas de boa estirpe”<sup>74</sup>.

A descrição que nos deixa dos alentejanos é mais clemente, caracterizando os *ganhões* e o *malteses* como “uma raça independente, ativa, que fala com os superiores como de homem para homem” sendo um camponês que não é subserviente e, portanto, portador de uma óbvia dignidade, apesar da “fala arrastada, monótona, pastosa” que atribui ao ambiente natural que o rodeia. Ao referir-se à mulher do Alentejo, assume a ascendência árabe, para estabelecer uma desvalorização relativa face ao modelo exemplar de beleza feminina que, para ele, é sem dúvida a mulher de Viana do Castelo, Aveiro ou Coimbra ou seja, a mulher do Norte. Mais uma vez encontramos de forma mais disfarçada a contraposição entre os tipos étnicos do Norte e do Sul do país considerando-se os primeiros superiores aos segundos<sup>75</sup>. No *Guia de Portugal*, Raúl Proença refere as raízes fenícias e árabes das populações do Algarve. Do mesmo modo tende a descrevê-las como um povo fechado, pouco alegre e sem iniciativa contentando-se com o que obtêm do cultivo da terra e da pesca sem se esforçar muito, em contraposição a Oliveira Martins:

“Emfim uma população mais de moiros ou de beócios que de gregos das ilhas, aparentemente um pouco cândidos de sentimentos, mas no fundo interesseiros, mesquinhos, pouco hospitaleiros, estreitos de espírito, não vendo nada para além da sua nesga de terra ou do seu barco de pesca, cultivando diligentemente o solo mas sem capacidade de iniciativa, satisfeito com o fruto que lhes cai nas mãos e o peixe que lhes vem bater à borda de água, ciosos do seu torrão natal, que estão sempre prontos a exaltar desde que lhes não exijam sacrifícios. Estas árvores rasteiras e baixinhas, estes horizontes estreitos, estes pequeninos campos divididos por sebes hirsutas e protegidos por cães recalcitrantes, esta escassez de águas correntes, este clima flácido traduziu-se-lhes no espírito como que por uma segura e pequenez da alma e «a ausência dum largo fôlego de ideal». Estas palavras, com que Martins quis definir o minhoto, aplicam-se com mais razão ainda ao algarvio.”<sup>76</sup>.

O retrato pouco lisonjeiro do homem tem a sua correspondência na descrição da mulher algarvia considerada despojada dos atributos da beleza física. A responsabilidade seria do “sangue mourisco” mas também do efeito nefasto do sol algarvio ao queimar-lhe a pele ! As exceções viriam de alguns casos raros do Barlavento que lhe fazem lembrar “os melhores tipos da pura raça árabe do

<sup>74</sup> Cfr. Proença, Raúl, «Riviera Portuguesa- População», Proença, Raúl (org.), *Guia de Portugal*, Lisboa, Biblioteca Nacional de Lisboa, 1924, Vol. I, p.451-452.

<sup>75</sup> Cfr. Proença, Raúl, «População e Costumes», Proença, Raúl (org.), *Guia de Portugal*, Lisboa, Biblioteca Nacional de Lisboa, 1927, Vol. II, p.25-29.

<sup>76</sup> Cfr. Proença, Raúl, «Algarve-População», Proença, Raúl (org.), *Guia de Portugal*, Lisboa, Biblioteca Nacional de Lisboa, 1927, Vol. II, p.204 e ainda Proença, Raúl, «Algarve-História», Proença, Raúl (org.), *Guia de Portugal*, Lisboa, Biblioteca Nacional de Lisboa, 1927, Vol. II, p.187-188.

Yemen.”. O modo de vestir e calçar é também visto de forma contraproducente em oposição à mulher do Norte ou, mesmo de Lisboa. Só parece salvar-se uma certa capacidade para gerir, e sobretudo, caiar o lar doméstico. O confronto Norte-Sul é também aqui exemplificado pela comparação entre a “exuberante alegria pagã” das festas minhotas e a “tristeza sarracena” das congêneres algarvias <sup>77</sup>. Desta imagem a preto e branco de Portugal, tão depreciativa para o centro e o sul do país, só parece escapar a figura do ribatejano. A primeira referência que lhe é feita identifica-o com o *campino* e aparece como um contraponto positivo à imagem totalmente negativa do *saloio*, numa breve alusão ao “Oriente do Tejo” <sup>78</sup>.

Este homem livre da lezíria, de espírito fidalgo, ressalta do meio do *saloio*, assimilado ao antigo mouro, de índole passiva e, subentende-se, servil. As descrições entusiastas do modo de vida destes ribatejanos vai buscá-las, em parte, a Fialho de Almeida, mas baseiam-se também na observação directa das evoluções dos *campinos*, montados nos seus ágeis cavalos em correrias pelos campos, que lhe recordam *as fantasias* dos árabes. Raúl Proença considera um elemento fundamental a sua indumentária que descreve com bastante pormenor, salientando o barrete verde e o colete encarnado. Aliás, aproveita para sugerir aos grandes proprietários ribatejanos a protecção do modo de vida e do traje destes “gaúchos e beduínos da lezíria” por serem “a mais bela e expressiva obra de arte da região”. Trata-se de uma original proposta de invenção ou reinvenção da tradição, através de um traje que, sendo inicialmente um fato de trabalho, se tornará em breve um ícone representativo de uma região. Esta sugestão, dirigida a várias famílias aristocráticas do Ribatejo, é acompanhada de alguma ironia pois se refere como “uma tarefa de *conservadora* (no bom sentido da palavra)”, embora permita perceber a ambiguidade das posições do patriotismo republicano que acabam por se encontrar com um nacionalismo tradicionalista:

“Bem fariam os grandes lavradores ribatejanos se propagassem êste traje [colete encarnado, de ramagens] tão incomparavelmente colorido e plástico, a mais alacre e bem achada expressão da vida nómada e bravia dêsse gaúchos e beduínos da lezíria, e que êles deveriam considerar, pois, como a mais bela e expressiva obra de arte da região em que dominam. Eis uma tarefa *conservadora* (no bom sentido da palavra) que não iria mal aos Cadavais, aos Marialvas, aos Palmelas, aos Infantes, aos Palha Brancos, aos Alves do Rio, a todos êsses grandes proprietários e ganadeiros que ainda contam as cabeças de gado por milhares e não conseguem abarcar dos mirantes das suas casas rurais limite aos seus territórios. O Cabaceiro não é, por muito que lhes custe, nem a maior, nem a mais típica «obra de arte» do Ribatejo ...” <sup>79</sup>.

<sup>77</sup> Cfr. Proença, Raúl, «Algarve-População», Proença, Raúl (org.), *Guia de Portugal*, Lisboa, Biblioteca Nacional de Lisboa, 1927, Vol. II, p.200-204.

<sup>78</sup> Cfr. Proença, Raúl, «Riviera Portuguesa-População», Proença, Raúl (org.), *Guia de Portugal*, Lisboa, Biblioteca Nacional de Lisboa, 1924, Vol. I, p.452.

<sup>79</sup> Cfr. Proença, Raúl, «Ribatejo-Generalidades-População», Proença, Raúl (org.), *Guia de Portugal*, Lisboa, Biblioteca Nacional de Lisboa, 1927, Vol. II, p.328-331. Sobre a invenção da tradição e o *kilt* escocês consultar Trevor-Hope, Hugh, «2. A Invenção das Tradições: a Tradição das Terras Altas (Highlands) da Escócia», Hobsbawn, Eric e Ranger Terence, (org.), *A Invenção das Tradições*, 2.<sup>a</sup>

Apesar da apreciação positiva do *homem do Ribatejo* marcada por um *parti-pris* “aristocrático” o autor não estabelece uma hierarquia étnica e/ou regional rigorosa, entre os diversos tipos de portugueses. Existe sem dúvida uma preferência, mal esboçada pelas gentes do Norte de Portugal, embora nos faltem elementos mais explícitos, devido à sua doença e morte precoce, para podermos fazer uma apreciação mais exacta. A análise etnográfica das populações portuguesas insere-se plenamente nas tendências culturais da época. A construção da identidade nacional de um povo também se fazia através da descrição da diversidade étnica e cultural das suas componentes. A unidade da nação não excluía necessariamente a existência de variantes dentro de um conjunto mais vasto que definia o modelo possível do “português” por excelência. A identificação deste ser múltiplo e fragmentado com um tipo nacional de homem está assim cheio de contradições, mas igualmente do desejo nem sempre subtil de afirmar, não só a superioridade do homem do norte, mas também o seu contributo essencial para a definição do tipo ideal do cidadão nacional! Com este reconhecimento do elemento humano a viagem de descoberta de Portugal e dos portugueses está de certa forma completa. Contudo, a doença e a morte prematura de Raúl Proença não lhe permitiram terminar o seu trabalho, embora continuado por Sant’Anna Dionísio, deixando assim aberto o rumo futuro das suas opções para o *Guia de Portugal*. Seja como for, o autor considerava a sua viagem de descoberta como algo inacabado ao considerar a necessidade de um constante aperfeiçoamento da sua obra. Com efeito, a perfeição total parecia-lhe um ideal difícil de atingir apresentando-se sobretudo como uma meta inatingível a perseguir sem a certeza absoluta de a alcançar totalmente<sup>80</sup>. Assim sendo, a descoberta, a peregrinação, a viagem não teria fim, pois a realidade que se pretendia compreender correspondia a um Portugal, cujo significado profundo se encontrava para além das aparências e apenas era possível de entender de uma forma mais emocional do que racional através da visão apaixonada da pátria! E não era esta inconstância e insatisfação a verdadeira natureza dos portugueses como os descobrimentos, essa peregrinação universal, tinham demonstrado?

---

edição, São Paulo/Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra, 1997, p.25-51.

<sup>80</sup> “Um homem que verdadeiramente o seja deve sujeitar-se às contingências e relatividades humanas, deixar sofrer um pouco a própria vaidade, resignar-se a não produzir obras primas, e fazer da ideia de perfeição, não um motivo inibitório, mas o *mito*, o ideal inatingível, e todavia sempre actuante, como o Deus aristotélico, que nos permitirá criar cada dia maior beleza, na forçada modestia da nossa condição e no são orgulho do nosso esforço.”, Cfr. Proença, Raul, “Prefácio”, Proença, Raul (org.), *Guia de Portugal*, Lisboa, Biblioteca Nacional de Lisboa, 1924, Vol. I, p. LXI.